



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO
DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS COLEGIADO DO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.**

RUTE MORAIS SOUZA

**TABAS, ROÇAS E LUGARES DE ENCANTO: CONSTRUÇÃO E
RECONSTRUÇÃO ANACÉ EM MATÕES CAUCAIA CEARÁ**

CACHOEIRA

2019

RUTE MORAIS SOUZA

**TABAS, ROÇAS E LUGARES DE ENCANTO: CONSTRUÇÃO E
RECONSTRUÇÃO ANACÉ EM MATÕES CAUCAIA CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao colegiado de Ciências Sociais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, através da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Orientadora: Prof^ª. Dr. Jurema Machado de Andrade Souza

CACHOEIRA

2019

RUTE MORAIS SOUZA

TABAS, ROÇAS E LUGARES DE ENCANTO: CONSTRUÇÃO E
RECONSTRUÇÃO ANACÉ EM MATÕES CAUCAIA CEARÁ

Aprovada em 29 /10 /2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra Ana Cláudia Gomes de Souza
Examinadora

Prof. Mestre Felipe Sotto Maior Cruz
Examinador

Prof. Dra Jurema Machado de Andrade Souza
Orientadora

Dedico este trabalho a minha família, e todo povo Anacé.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Tupã pela a força e o dom da vida, e aos meus pais Raimundo e Angela por embarcarem nesse sonho comigo, sempre acreditando no meu potencial. Em minha mente surge inúmeras pessoas a qual eu sou grata que, contribuirão direta ou indiretamente para a realização deste sonho. Aproveito esse espaço da monografia para registrar com palavras o sentimento que nesse momento transborda em meu coração.

Passa uma retrospectiva em minha memória, de diversos momentos bons e difíceis que passei durante esses quatro em que sair do meu aconchego em busca da graduação. Jamais esquecerei da cidade de Cachoeira- BA que me receberam nessa jornada de estudos, o meu muito obrigada a todas as famílias que conheci e me receberam.

Este trabalho foi realizado coletivamente com o meu povo Anacé da aldeia Matões, o meu muito obrigada as famílias que me receberam em suas casas para a realização da pesquisa, e todos os meus ancestrais que tombaram desse plano durante o processo de escrita, como minha vó Lucimar que espiritualmente está ao meu lado, uma mulher guerreira que sempre quando retornava para casa me aguardava de braços abertos sempre torcendo por minhas conquistas. A nação Anacé e a todos os indígenas do Ceará o meu muito obrigada.

Sou muito agradecida a minha família que sempre foram e serão o sentido da minha vida, minha sustentação, que mesmo com a distância física que nos separavam sentia eles pertinho de mim, nós momentos em que achava que não conseguiria atravessar. Por isso os agradeço, por terem acreditado muito obrigado minha irmã Angélica meu sobrinho Abner, tias Cleia Angela, Cleozangela e Shyrles meus primos Davi, Edson, Fabio, primas, Liliane, Lucilane, Cleane e tios Júnior, Souza e Cleber, entre outros. Aos meus amigos do Ceará, Eduarda, Debora, Karolina e Rayane, os meus sinceros agradecimentos por terem caminhado comigo mostrando sempre empatia.

A minha querida amiga Carlene Santana, uma mulher preta que tenho muito orgulho, que tornou-se uma irmã abrindo as portas da sua casa do seu quilombo Baixa Grande para me acolher, me mimando com a melhores comidinhas e chás. Obrigada por ser minha dupla na ciências sociais e na vida me mostrando sempre o lado bom das situações, nosso laço de irmandade permanecerá pelo o restante de nossas vidas.

As duas princesas baianas Camila Costa e Kelly Sampaio amigas da universidade e da vida, a qual vivemos momentos incríveis e inexecuíveis, obrigada por todo apoio e carinho. A

minha turma de 2015.1 agradeço a vocês pelos incentivos diários e por ter tornado os meus dias mais felizes em especial a Elane, July, Dinha, Tailana, Thais, Mylena, Danilo.

A minha mais profunda gratidão a “residência” de indígena cearense, Daniela, Raquel, Yure, Ruda e a minha virginiana preferida Antônia por me aturar dois anos na mesma casa, torço muito por todos vocês e me sinto extremamente feliz por ver a capacidade e evolução de todos, o muito obrigado ao coletivo indígena por compartilhamos juntos tantas experiências de fortalecimento.

A minha estimada orientadora Jurema Machado agradeço pelos incentivos diários e ensinamentos como lhe digo sempre: *a senhora é encantada*, a você o meu carinho por ter sido tão presente compreensiva no desenvolvimento desse trabalho. Acrescentando a esse sentimento de gratidão aos professores Dyane Brito, Antônio Eduardo, Luís Flávio Godinho e Osmundo Pinho, que são excelentes profissionais que transformaram minha vida acadêmica.

Sigo o agradecimento, lembrando do projeto juventude Indígena realizando sonhos em nome do Padre Rino Bonvini e a parente Natália Tatanka que, foram fundamentais nessa trajetória facilitando a minha estadia durante esses anos, que possamos permanecer juntos nas novas conquistas que virão, a todos os que contribuem a este lindo trabalho o meu muito obrigado.

A todas as pessoas que se contribuíram e partilharam em minha caminhada acadêmica para a realização desse meu sonho, muita gratidão serão levados por toda vida, essas poucas palavras não serão suficientes para expressar tanta felicidade. A partir daqui um novo ciclo se inicia, sou uma sementinha em processo de florescer. “A universidade é território indígena sim”.

População de Encantos e Reconstrução

Meu Matões teu nome é forte
Não me canso de falar
Relatando nessas linhas
Me emociono de lembrar
Das coisas boas de outrora
Que vivemos na infância
Daqueles dias pra cá

As famílias se juntavam
La no alpendre a conversar
Contando muita historia
Vendo o seu tempo passar
Nas casinhas de farinhas
Fazendo aquele alvoroço
Todos querendo falar

Um lugar de muito encanto
Falo com convicção
Quem viveu naquele tempo
Não consegue esquecer não
As matas dos encantados
De festas da padroeira
Maria da conceição

Mais um dia apareceu
Um governo estadual
Com projeto de um Porto
Para muitos um grande mal
Tirando todas familias
Do sossego que viviam
Cultivando seus quintais

Veja o que aconteceu
Com essa população
Deixando seu território
Para área de expansão
Do complexo industrial
Portuário do Pecém
Que grande destruição

Na verdade, aconteceu

Uma modificação
Nos costumes das familias
Com toda preservação
Saíram de suas terras
Para uma reserva Indígena

Com todo esse contexto
Me abala o coração
Minha voz quase não sai
Cortada pela emoção
Em falar nosso passado
De muitos momentos bons
Com todos os meus irmãos

Não é fácil de falar
Nessa nova construção
Pois os nossos troncos velhos
Eles não aguentam não
De uma hora para outra
Ter que abandonar todo
Seu pedaço de torrão

Em uma Reserva indígena
As famílias deram as mãos
Fé em Deus perseverança
Para uma reconstrução
Somos índios Anacé
Parentes muito unidos
Mantendo a tradição

Vou parando por aqui
Meu caro amigo leitor
Esse pequeno cordel
Fiz ele com muito amor
Para à minha sobrinha
Rutinha é nota dez
Ela é uma linda flor.

Autor: Júnior Anacé

RESUMO

A presente monografia, que parte de pesquisa engajada realizada junto ao povo Anacé, analisa os impactos causados pelo chamado “desenvolvimento” na aldeia Matões, município de Caucaia, Ceará. Tem como ponto central da investigação o processo de construção e reconstrução das famílias indígenas na Reserva Indígena Taba dos Anacé, onde foram alocadas após o deslocamento forçado da aldeia Matões. Para tanto, o trabalho dará enfoque direto em dois processos de remoção sofridos pelo povo Anacé: 1. Desapropriação, nos anos 1990, de parte da população Anacé em função da construção do Complexo Industrial e Portuário de Pecém; 2. Remoção, em 2018, da quase totalidade das famílias para uma “reserva” construída pelo Governo do Estado do Ceará, em função da ampliação do complexo siderúrgico no que havia restado do território tradicional Anacé. Para tanto, serão destacadas as transformações da nova moradia em território tradicional, por meio das memórias e lembranças ancestrais e quais as perspectivas de futuro das famílias e jovens removidos. Além disso, busca-se apresentar as violações de direito e lutas dos povos indígenas no Brasil, destacando as mobilizações da região Nordeste.

Palavras-chave: Anacé; Impactos, Remoções; Reconstrução.

ABSTRACT

This monograph, which is part of an engaged research conducted with the Anacé people, analyzes the impacts caused by the so-called “development” in the village of Matões, Caucaia, Ceará. Its central point of investigation is the process of construction and reconstruction of indigenous families in the Tabá dos Anacé Indigenous Reserve, where they were allocated after the forced displacement of the Matões village. To this end, the work will focus directly on two removal processes suffered by the Anacé people: 1. Expropriation, in the 1990s, of part of the Anacé population due to the construction of the Pecém Industrial and Port Complex; 2. Removal in 2018 of almost all families to a “reserve” built by the Ceará State Government, due to the expansion of the steel complex in what was left of the traditional Anacé territory. To this end, it will be highlighted the transformations of the new home in traditional territory, through the memories and ancestral memories and what are the future prospects of families and young people removed. In addition, it seeks to present violations of rights and struggles of indigenous peoples in Brazil, highlighting the mobilizations of the Northeast region.

Keywords: Anacé; Impacts, removals; Reconstruction.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADELCO- Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido

APIB- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APOINME- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo

CIMI- Conselho Indígena Missionário

CIPASAC- Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia

CIPP- Complexo Industrial e Portuário do Pecém

FPA- Frente Parlamentar Agropecuária

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

GT- Grupo de Trabalho

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACE- Instituto de desenvolvimento agrário do Ceará

MPF- Ministério Público Federal

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PETROBRAS- Petróleo Brasileiro

TI- Terra Indígena

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Divisão atual das TI do Ceará

Mapa 2: Plano Diretor do CIPP

Sumário

1 – Breve apanhado sobre Questão Indígena no Brasil	16
1.1.O nordeste indígena: Panorama geral do contexto atual	22
1.2.O Ceará Indígena: Panorama da Questão Indígena no Estado	27
1.3.Lugar acolhedor: O povo Indígena Anacé.....	31
2 – Identidade, Direito e Território	36
2.1 Tradições, cultura e os impactos sociais das indústrias	40
2.2.Território e Mobilização: a Chegada das Indústrias na Aldeia Indígena Anacé	45
2.3.Pesquisa Engajada: Procedimento Metodológico da Investigação.....	49
3 – Toda Muda Murcha: Um Olhar Indígena Sobre a Percepção das Famílias Indígenas	52
3.1. Desterritorialização, impactos e significados.....	55
3.2. Tabas, Roças e Lugares de Encantos: Reserva Indígena Anacé.....	59
3.3.Terra e Memória: Passado Presente e Futuro	62
4 – Considerações Finais.....	66
Referências	67

Introdução

Os povos originários, desde o “descobrimento” do Brasil, vêm sofrendo com violações, violências e exploração. O “verdadeiro” dono da terra, hoje, não tem terra nem meio de sobrevivência, vivendo à margem da sociedade e não tendo voz nem oportunidades. (MEDEIROS, P. 1. 2007).

Os povos indígenas no Brasil sofrem constantemente com o descumprimento de seus direitos. Os projetos de “desenvolvimento” econômico que ameaçam os modos de vida dos povos originários interferem diretamente nas vivências e hábitos culturais no interior dos territórios. O país possui uma das maiores economias do mundo, seus recursos naturais que em sua maioria encontra-se localizado em reservas e TIs, são fontes potenciais para a alimentação desse desenvolvimento, fator que amplia ainda mais a ameaça aos povos e territórios indígenas.

Sofremos com a discriminação, o racismo e as ameaças institucionais e de caráter pessoal contra líderes indígenas. Constitucionalmente como assegura o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, temos direitos às terras que tradicionalmente ocupamos, entretanto, o Estado brasileiro tem falhado no cumprimento dessa normativa, e, nesse sentido, nós lutamos e exigimos a efetivação de nossos direitos territoriais.

Os territórios Indígenas vivem em constante conflito agroindustrial, muitas lideranças derramaram e derramam seu sangue na tentativa de permanecer em suas terras. As assembleias estaduais dos povos indígenas são uma das principais formas de mobilização política e de luta no Nordeste, estabelecendo as reivindicações e métodos de resistência na tentativa de garantir o direito às demarcações.

Os povos indígenas do Estado do Ceará também enfrentam problemáticas com a demarcação de terra, existem 25 áreas indígenas que seguem pendentes com os processos demarcatórios. Os interesses econômicos e políticos dos posseiros nas aldeias, atrasa o andamento da regularização, apenas uma comunidade, do povo Tremembé conseguiu o registro territorial, das 14 etnias do o Estado.

Considero importante descrever como surgiu a inquietação de construir este trabalho ao longo dos anos de graduação, e para tanto, levo em conta todas as situações vivenciadas por mim na Aldeia e na Universidade. Tudo teve início , a partir das significativas transformações que acompanhei em nosso território, localizado na aldeia Matões, Caucaia, Ceará.

Desde muito cedo me inquietava com todas as perdas e interferências sofridas com a invasão dos empreendimentos nos terrenos dos meus familiares, em especial na área dos meus

avós maternos, lugar no qual passei minha infância, sendo também o período que acompanhei as modificações ambientais e culturais.

Atualmente, entendendo a universidade enquanto espaço e fermenta de luta, me encontrei nos últimos anos inserida no curso de Ciências Sociais na condição de pesquisadora e pesquisada, em um mecanismo de pesquisa engajada que me coloca ainda mais próxima ao movimento do povo Anacé e a produção científica. Nesse sentido, tive a oportunidade de explorar academicamente os aspectos culturais e as violências enfrentadas pelo meu povo Anacé da comunidade de Matões.

Vindo de uma família com baixa renda e moradora de uma aldeia indígena, tornei-me a primeira da aldeia a mudar de estado para cursar ensino superior, em uma universidade pública. Por tanto, esta pesquisa se relaciona diretamente à minha trajetória de vida, podendo eu ingressar na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, através de cotas raciais para indígenas e quilombolas, no ano de 2015.

O presente trabalho, que encerra esse ciclo da graduação, discutirá o intenso processo histórico, político e cultural que teve como cenário o território indígena Anacé, aldeia Matões, localizado na cidade de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza-Ceará. Tendo como um dos destaques o intenso processo de desterritorialização.

Ao descrever este trabalho me veio uma mistura de sentimentos e lembranças, em algumas partes da escrita escorrem algumas lágrimas por lembrar-me de tantos momentos bons vividos na Aldeia Matões e agora só me restam lembranças. Ainda me encontro com dificuldade de situar-me na nova realidade. Mas ao mesmo tempo me coloco no lugar dos troncos velhos que resistem com sabedoria e buscam forças para prosseguir.

Os principais motivos para a construção deste trabalho é primeiro, os impactos afetivos e efetivos ocasionados com a remoção do Povo Anacé de seu território; e segundo, a importância central do território em nossa configuração sociocultural, tendo em vista que a terra está para além da perspectiva de desenvolvimento e que a mesma é fundamental para manutenção de nossos costumes, tradições e crenças.

O território Indígena Anacé, ao longo do processo de implementação das indústrias, passou por dois momentos específicos. O primeiro ocorreu no ano de 1996 com a chegada do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que culminou na desapropriação de casas, terrenos e roças de inúmeras famílias, e que a partir desse fenômeno tiveram que ser alojadas em assentamentos oferecidos pelo Governo do Ceará. Embora grande parte das famílias tenha

sido forçada a sair, outra parte permaneceu no território, já que, até aquele momento, não “atrapalhava” os planos do empreendimento.

O processo de demarcação de uma terra indígena, regulamentado pelo Decreto nº 1775/96, é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. “Os territórios tradicionais são considerados os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômico dos povos indígenas e comunidades tradicionais, sejam estes utilizados permanentemente ou temporariamente” (Brasil, 1988). Nesse sentido o direito de demarcação da terra foi violado, com a chegada de indústrias no nosso território.

O segundo momento dessa ação, iniciou-se por meio de um decreto publicado no Diário Oficial do estado do Ceará, de nº 28.883, publicado no dia 18 de setembro de 2007, declarando de utilidade pública uma área de 33.500 hectares de terras para ampliação do CIPP. Nesse contexto as famílias Anacé que permaneciam resistindo ao avanço industrial, são obrigadas a sair de suas terras, uma vez que, tendo como base estudos realizados pelo estado no território, chega-se à conclusão de que as famílias indígenas não poderiam mais permanecer em sua localidade.

A partir daí uma série de ações foram protagonizadas pela comunidade em resposta a postura autoritária do governo para com o povo Anacé. No entanto, o grupo que permaneceu e que seriam as próximas vítimas da desapropriação, buscou se organizar coletivamente, uma vez que compreendeu-se a necessidade da luta pela permanência. E esse protagonismo por parte do grupo étnico foi fundamental para o processo, como salienta Sérgio Brissac:

Diante das especificidades do caso Anacé, considero pertinente sublinhar a imprevisibilidade das configurações que se manifestam ao longo do tempo, a partir da ação política dos diversos atores sociais envolvidos, de modo especial dos membros da etnia, que plasmam, nas vicissitudes do real, a sua identidade em permanente construção. (BRISSAC, 2015, P. 280)

Nesse sentido, torna-se pertinente estudar o impacto das desapropriações e seus efeitos a partir da dimensão subjetiva do processo, tendo em vista que fenômenos desse porte construirão marcas singulares para com a formação sociocultural desse povo. Ou seja, como os relatos e as trajetórias de pessoas específicas da comunidade ajudam a compreender o processo do povo Anacé como um todo. Considerando também que é um transformador de crenças e valores, que interferirá em diversos aspectos da vida social dos Anacé. Além disso, é relevante apurar as consequências sofridas pelo descolamento e a percepção dos impactados sobre reconstrução das novas moradias.

Portanto, a base discursiva do presente trabalho se orienta a partir da construção e reconstrução da reserva indígena Taba dos Anacé. O objetivo principal é compreender como essa reconstrução impacta nas diferentes manifestações, desejos, sentimentos, valores e identidade desses indígenas. Para isso, enfatizarei o período de pós-desapropriação, refletindo especificamente sobre o espaço construído para o remanejamento das famílias, além de salientar as problemáticas estruturais que fazem parte dessa nova realidade a qual fomos submetidos.

Desta maneira para analisar o mesmo ambiente empírico em que estou inserida, cumpre-se o exercício de compreender as dificuldades ligadas a construção e reconstrução das famílias indígenas da aldeia Matões: a) a assimilação de conteúdo acadêmico; b) o reconhecimento com o espaço da reserva indígena Taba dos Anacé; c) qual o sentimento após a remoção; d) quais as modificações culturais causadas. O método utilizado neste estudo será o descritivo qualitativo utilizando entrevistas em profundidade, a qual possibilita relatar a realidade social dos sujeitos.

Na realização da pesquisa, levantei trabalhos anteriores realizados sobre a remoção e construção da identidade Anacé (ALENCAR, 2012; BRISSAC, 2015; MORAIS, 2016; SANTANA *ET AL*, 2010). Além dessas leituras, acessei a memória e o pensamento dos nossos “troncos velhos” na compreensão do valor da terra e seus desdobramentos – roças, casas, jardins – na reconstrução das “aldeias” e da identidade do povo Anacé.

Tendo em conta os objetivos apresentados, estruturei o texto da seguinte forma:

No primeiro capítulo, descreverei de forma sistemática a questão indígena no Brasil e quais as suas principais condições culturais, política e territorial, ressaltando a região Nordeste e o Estado do Ceará, e apresentando a dinâmica de organização e as principais lutas que vem sendo travadas dentro dos âmbitos sociais.

No segundo capítulo, promovi um debate sobre o território e a sua importância na mobilização étnica Anacé. Descrevo as particularidades vivenciadas pela comunidade de Matões em seus rituais, na força política, na tradicionalidade e na cultura, apontando as lutas promovidas com a chegada do CIPP (1990) no território e discutindo quais as principais consequências desse processo. Também apresentarei a metodologia que utilizei para a produção deste trabalho.

No terceiro capítulo, descrevo criticamente o segundo processo de desterritorialização, sinalizando os pontos e impactos para a vida das famílias e enfatizo o processo de construção e reconstrução na Reserva Indígena Taba dos Anacé, tendo como base a ligação sentimental, trazendo as memórias e lembranças.

1 – Breve apanhado sobre Questão Indígena no Brasil

“Como dizia meu pai, **Cacique Xikão**, se fossemos depender do Estado brasileiro, já não existiria nenhum Índio nesse país” (Cacique Marcos Xukuru, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2015).

Historicamente o Brasil vem passando por uma civilização/genocídio em relação aos Povos Indígenas, reflexo dos processos de colonização. As modificações socioculturais impostas por esse processo permanecem até os dias de hoje. Estimativas demográficas apontam que, por volta de 1500, quando da chegada de Pedro Álvares Cabral à terra hoje conhecida como Brasil, essa região era habitada pelo menos por 5 milhões de índios (SANTOS, 2010).

Apesar desse processo histórico, o Brasil ainda possui uma grande diversidade de Povos Indígenas, com suas especificidades e que se diferenciam por região, com diferentes culturas e políticas. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE- de 2010, corresponde aos indígenas aproximadamente 0,4% da população total do Brasil.

A última pesquisa do Senso do IBG no ano de 2010, informa que encontra-se cerca de 255 povos indígenas espalhados por todo o país, número que está constantemente em crescimento. Dentre todos os Povos Indígenas Brasileiros, alguns mantêm-se a língua nativa, segundo estimativas, são faladas mais de 180 dialetos indígenas. Apesar de muitas línguas indígenas terem sido extintas ao longo dos 506 anos de colonização, os povos indígenas do Brasil ainda conservam e falam mais de 180 línguas nativas. (SANTOS, p.117, 2010).

No entanto, a sociedade brasileira vê a história dos Povos Indígenas por um ponto de vista evolucionista. Considerados como inferiores, os povos indígenas não vistos como integrados aos espaços sociais. Boa parte da população brasileira ainda acredita que o indígena não pode interagir com outras culturas, preservando a sua própria ao mesmo tempo. Tal pensamento está ligado aos princípios do Estado unificado, centralizado e homogêneo, o que impede a percepção da diversidade sociocultural desses povos e de seus processos históricos.

Posteriormente ao processo de colonização, e luta pela sobrevivência, os Povos Indígenas, no século XX, organizaram-se e iniciaram intensos processos mobilizadores, de militância, levantando necessidades contemporâneas e reivindicando-as ao Estado brasileiro, que possui uma dívida histórica com os diversos povos indígenas que habitam seu território, mesmo antes de sua consolidação enquanto nação.

O intuito dos povos indígenas é transformar um país centralizado, cujos privilégios acumulam-se por uma elite que se mantém colonizadora, em um país plural, que possibilite aos Povos Indígenas viverem em suas diversidades culturais. Nas últimas décadas a luta tem se

intensificado por conta de algumas modificações que aconteceram na garantia dos direitos dos Povos Indígenas.

O silenciamento étnico no período anterior à Constituição sê fez presente por várias razões, uma das principais foi a catequização dos indígenas, existente em estrutura política religiosa, que dominou e proibiu as culturas indígenas. A Constituição de 1988 interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de “desindianização¹”, ao reconhecer que ele não se tinha completado. (CASTRO, p.6, 2006).

Nos últimos 30 anos vivemos um processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. Desse modo, ocorreram contribuições nos direitos específicos, resultando em uma cidadania específica para povos tradicionais que por muito tempo foram invisibilizados.

Os povos indígenas finalmente tiveram alguns direitos garantidos constitucionalmente, vale ressaltar que governo não contribui com a minoria, tudo é conquistado em processos intensos de lutas e reivindicação aos direitos, com objetivo de dar continuidade aos modos próprios de vida, valores, simbolismos, e permitindo o acesso a outras culturas, como indica o indígena e antropólogo Gersem Baniwa Santos, em sua obra:

Direitos específicos e cidadania plural indicam teoricamente que os povos indígenas têm um tratamento jurídico diferenciado. Por exemplo, é concedido a eles o direito de terra coletiva suficiente para a sua reprodução física, cultural e espiritual, e de educação escolar diferenciada baseada nos seus próprios processos de ensino-aprendizagem e produção, reprodução e distribuição de conhecimentos (SANTOS. p. 36, 2010).

A Constituição Federal criou novas estratégias de relações entre o Estado, a sociedade e os povos indígenas, assegurando-se o respeito/direito as organizações culturais, ao acesso à terra e recursos naturais. Ressalta-se que os direitos territoriais Indígenas são originários e imprescritíveis, isto é, operam desde sempre na direção do passado e do futuro (ARAÚJO, 2006).

O artigo 231 da Constituição Federal conduz a permanência futura dos Povos Indígenas, com garantia a terra, proteção da natureza e a sobrevivência básica das comunidades, visando o bem-estar físico e cultural, de acordo com as tradições, garantindo a integração dos Indígenas com sua linguagem e crenças. Afirma o Art. 231 da Constituição Federal Brasileira:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

¹ Conceito desenvolvido pelo Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2005), caracterizado pela modificação do pensamento nativo, transformando em uma nova “resistencia”.

Apesar de garantido constitucionalmente, o estado brasileiro tem grande resistência em demarcar as terras Indígenas. Há grandes dificuldades para garantir os direitos constitucionais de acesso à terra e a posse dela pelos indígenas. Tendo também como impedimento o Agronegócio, que gera grande conflito entre os territórios indígenas, ruralistas/posseiros e Estado. Conflitos esses que impedem ou retardam o processo de demarcação, que é um direito dos indígenas constitucionalmente estabelecidos.

Para compreender melhor as modificações provocadas pelos projetos de leis e seus impactos aos direitos dos povos indígenas no Brasil, Manuela Carneiro da Cunha (USP) e João Pacheco de Oliveira (UFRJ), publicaram em Curso de “HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL”, entrevistas e análise sobre as propostas de mudanças na gestão de Dilma Rouseff, tal situação se encontra no mesmo retrocesso. É perceptível a incisão aos direitos indígenas conquistados na Constituição Federal de 1988. Na compreensão dos antropólogos:

O governo atual se isenta de defender os direitos dos índios conquistados nas últimas décadas e promove um “desenvolvimentismo selvagem”, existe dessa forma uma “tendência crescente e preocupante” de paralisação dos processos de demarcação de terras e de serem judicializados, sem resoluções para os dilemas de moradia, território e garantias legais, das sociedades indígenas. (CARNEIRO, OLIVEIRA, 2013).

Um dos principais invasores das terras Indígenas é o agronegócio, que é constituído por uma rede de ruralistas que visa o espaço para diversas finalidades, com o intuito lucrativo. Destacam-se em diferentes regiões a construção de hidrelétricas, plantação de soja, arroz, entre outros, atingindo diretamente o modo de vida indígena, que gira em torno da agricultura familiar. Além de se apropriar do solo produtor de alimentos saudáveis e prejudicar a organização social indígena, o agronegócio se apropria de territórios com muitos simbolismos sagrados.

As terras são vistas como produtoras de bens e são exploradas causando uma destruição irreversível não apenas nas áreas utilizadas, mas que atingem outros territórios, como demonstram os impactos ambientais e sociais causados pelo rompimento das barragens, fruto da ação inconsequente e irresponsável de empresas mineradoras. O lucro arrecadado não é de benefício econômico brasileiro são direcionados a multinacionais, e para os indígenas ficam os prejuízos, como diz Manoela Cunha. “O problema não é o desenvolvimentismo em si, mas seu caráter selvagem: a ausência de barreiras que atendem a imperativos de justiça, de direitos humanos, de conservação. Custos humanos e ambientais não sendo considerado” (CUNHA, 2013).

Todo esse cenário se faz presente na atual conjuntura do país, havendo jogos de poder de grupos como empresas internacionais, multinacionais, principalmente mineradoras e

hidrelétricas com interesse capitalista sobre os territórios Indígenas. Os direitos constitucionais, garantido no artigo 231, que protegem e demarcam os territórios indígenas, encontram-se suspenso devido à ação de parlamentares das bancadas ruralista e evangélica, constituída de medidas provisórias para favorecer seus aliados os interesses anti-indígenas.

Um dos entraves referente à permissão para a delimitação legal das áreas são dificultadas pelas grandes forças políticas e econômicas, ressaltando que o próprio Estado apoia a implementação de empreendimentos sem levar em conta a presença indígena, modificando diretamente o modo de viver de toda a população. É importante salientar que todos os parágrafos do artigo 231 falam sobre a terra. João Pacheco de Oliveira, no artigo “Sem a tutela, uma nova moldura de nação. O pós-constituição de 1988 e os povos Indígenas”, faz uma análise sobre o parágrafo 3º do artigo da Constituição:

O parágrafo 3º condiciona à previa autorização do Congresso Nacional o aproveitamento de recursos hídricos, potenciais energéticos, bem como a pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas. Mesmo com tal anuência, deveriam ser ouvidas as comunidades afetadas, e prevista a sua participação nos lucros do empreendimento.

A execução dessa garantia se torna falha, os territórios indígenas em sua grande maioria não têm a posse para o usufruto reservado. As riquezas naturais são exploradas, como as barragens e plantações que são produzidas dentro das áreas indígenas, a qual não os favorece. Tiram sem dar retorno para as comunidades, os “lucros” arrecadados ficam para terceiros, o prejuízo e destruição dos lugares sagrados para os povos indígenas.

Vivemos um período de retrocessos e as políticas públicas são constantemente violadas, muitas vezes querendo arrancar os povos indígenas de seus territórios tradicionais. Com isso, outras discussões passaram a fazer parte da agenda das organizações indígenas, como aquelas direcionadas ao discurso étnico do desenvolvimento “etno-sustentável” e da autogestão territorial (SANTOS, p.78, 2006).

Diante de todo retrocesso e violações aos povos indígenas, se assume a responsabilidade de participação e protagonismo dos povos com vistas a proteger os direitos conquistados e garantir o respeito pelas condições sociais, culturais e econômicas. Diante disto, a aprovação da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Governo brasileiro, representa importantes avanços no reconhecimento dos direitos indígenas, pois estabelece fronteiras em situações jurídicas, conservando a cultura e a política de cada povo.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que diz respeito aos Povos Indígenas e tribais, trata especificamente dos direitos a terra e das condições de trabalho, saúde e/ou educação indígena, ou seja, estabelece que as instituições não poderão

proibir que os membros desses Povos exerçam os direitos de ser reconhecidos como cidadãos, e reconhecem suas obrigações.

A OIT é uma Organização das Nações Unidas (ONU) especializada nas questões internacionais relacionadas ao trabalho, um tratado internacional que visa garantir os direitos civis dos trabalhadores, que adota normas de direito à “participação” dos povos indígenas, assumindo o papel de consulta/informar, em qualquer processo referente à comunidade. Em numerosas tentativas esta consulta não está sendo realizada de forma passiva, não atendendo os critérios dentro das normas. Os processos de consultas refletem nas formas de dominação referente às políticas governamentais. O que contrapõe a criação de novas estratégias de resistência e proteção aos problemas que lhe são apresentados. “Dessa forma, os Povos Indígenas brasileiros, por meio de suas organizações, reivindicam a transformação de suas terras em unidades territoriais administrativamente autônomas e com o pleno controle social e político dos índios” (SANTOS, p.97, 2006).

Na perspectiva de organização e autonomia Indígena, é comum a intervenção do Estado com a participação, administração e representação das “governanças”, que apoiam a exclusão social das organizações dos Povos Indígenas. Isto implica na capacidade de se criar uma nova respeitabilidade das comunidades tradicionais frente aos embates travados nos espaços sociais. “Representar a si mesmo” é aquilo que faz uma singularidade, e o que uma singularidade faz (CARDOSO, p.14, 2006).

O órgão do Estado brasileiro responsável para lidar com as questões Indígenas, a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, criada em 1967, acompanha as questões frente às políticas públicas e seu desenvolvimento nas aldeias, com a contribuição das organizações Indígenas, e tem o dever de garantir a autonomia e participação dos indígenas em programas do Estado. Tendo também atribuição de mediando à consulta prévia aos povos Indígenas, como previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que obriga ao Estado (Poder Executivo e Poder Legislativo) a perguntar, adequada e respeitosamente, aos povos indígenas sobre suas decisões capazes de afetar suas vidas.

Diante de toda essa reconfiguração, o movimento Indígena nacional não deixa de reivindicar seus direitos coletivos, articulados entre regiões e Povos Indígenas, com intuito de adquirir autonomia, e a garantia dos direitos básicos como saúde, educação diferenciada e permanência territorial. “Dentre esses direitos e interesses encontra-se a própria continuidade das diferenças de projetos societários, de garantia das territorialidades e da conquista de cidadania global diferenciada” (SANTOS, p.34, 2010).

Refletindo sobre a participação e a cidadania dos povos Indígenas na esfera global, fica evidente que a sociedade brasileira na sua grande maioria é guiada por princípios capitalista em nome do chamado desenvolvimento econômico, especialmente o agronegócio, que vem ocasionando profunda destruição dos recursos naturais, principalmente nos territórios Indígenas.

O aumento abusivo da exploração da produtividade da terra para a exportação e a industrialização está resultando em conflitos agrários e fundiários, levando a inúmeras mortes dentro das comunidades. Além disso, vivemos na atualidade resultados de intervenções políticas que ampliam os problemas relacionados à degradação do meio ambiente.

Fazemos parte de um país que possui a maior reserva de recursos hídricos potáveis do mundo, que se desenvolve na relação equilibrada entre cultura tradicional e ecossistemas naturais, porém, só ocorre nas comunidades tradicionais, que tem como base o meio natural, envolvendo todo um simbolismo cultural e econômico, de suas terras. Recentemente vem se ocasionando profunda modificação/destruição nesses recursos, tendo em vista o “desenvolvimento” lucrativo do país, que menospreza a conservação e preservação, como refere Gersen Baniwa:

A economia do bem-estar no sistema global capitalista é a nosso ver um mito, para não dizer uma ilusão, mesmo para quem tem poder e dinheiro. Os povos indígenas não compactuam com a lógica perversa da concentração de riquezas e de poder nas mãos de uma minoria em troca do aumento da miséria e da fome que ameaçam a vida humana no planeta (SANTOS, p.100, 2006).

Com toda a violência ambiental, os Povos Indígenas têm conservado a visão coletiva e sagrada da natureza, cuidando e protegendo as matas, os lagos, os animais, os rios, e as árvores, que têm um grande significado. O Território é essencial para a vida dos mesmos, não somente no sentido de um bem material, mas como o espaço que desempenha todas as formas de vida como seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, costumes. A “mãe terra”, como é chamada, é um fator fundamental de resistência.

Deste modo, salienta-se que os Territórios Indígenas são sagrados, onde envolve toda a ancestralidade, contendo toda uma relação espiritual com a terra. A Terra está ligada a tradições, é um formador de vidas. As decisões e ações produzidas dentro das comunidades Indígenas se dão a partir da coletividade entre todos, para que assim possam ser colocadas em prática, como mostra Gersen Baniwa:

O poder de decisão e de mando cabe somente ao conjunto das pessoas que compõem o grupo. A territorialidade indígena não tem nada a ver com soberania política, jurídica e militar sobre um espaço territorial, como existe em um Estado soberano. Tem a ver com um espaço socionatural necessário para se viver individual e coletivamente (SANTOS, p.103, 2006).

Portanto, todos os Povos Indígenas brasileiros têm direito de permanecer em seu território, sem intervenção do Estado em suas organizações. Atualmente, no Brasil, passamos por algumas crises, econômica, política, que atinge diretamente as comunidades Indígenas.

Revela-se assim, as principais lutas dos Povos Indígenas no âmbito nacional ou regional, e objetivos específicos partilhados por todos. Todas as mobilizações políticas são formadas através da evolução dos direitos/lutas dos nativos desse país, não é aceito que coloquem os indígenas em condições de inferioridade frente aos processos decisórios.

Como dizem as Leis (Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da OIT) tem o direito de assegurar as tradições e cultura, não como somente assunto do passado, nós fazemos presentes no Brasil contemporâneo. Permanecemos na luta para a construção de sociedade mais justa, com uma nova estruturação. A todas essas condições sociais que nos são imposta, no entanto, não nos impedem de prosseguir a nossa história, diferente de cada Povo ou região dessa pátria.

1.1.O nordeste indígena: Panorama geral do contexto atual

“Não somos povos Emergentes, somos povos Resistentes”.
(Cacique Pequena, Olinda, 2006)

Nós, Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro, atualmente encontramos-nos divididos em 39 etnias, compondo 27% da população indígena brasileira. Estamos divididos entre os respectivos Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Desde o início da colonização portuguesa na América, a região Nordeste passou por muitas situações conflituosas, tendo como principais atingidos os Povos Indígenas originários, que já habitavam a região antes da chegada dos colonizadores, por serem os primeiros afetados pelo processo civilizatório. É importante pontuar que nós, povos indígenas do Nordeste, resistimos a todo o processo histórico que será relatado neste trabalho.

Entre os séculos XVI e XX os povos indígenas no Nordeste vivenciaram o indigenismo brasileiro, fase marcada pela a missão católica. Amparado pela legislação vigente, o Estado dividia mais uma vez os encargos da administração da questão indígena com as ordens religiosas católicas. A catequização nos Aldeamento indígena possibilitou a conversão cultural das aldeias indígenas, proporcionando o início do processo “Etnocida” cultural dos povos do Nordeste:

Passamos a refletir sobre os processos culturais e perdas de características de maneira mais amena. Conceitos como “trocas culturais” ou “circularidade cultural”, [...] permite pensar que as perdas de traços culturais não são fenômenos intrínseco das sociedades minoritárias nem implicam necessariamente em perdas de identidade étnicas. (SILVA. P.48,49. 2003)

Todo esse acontecimento cultural com os indígenas do Nordeste, o Estado e pensadores sociais declara as comunidades como “extintas. Os dialetos e prática de certos rituais deixaram de existir, contudo, os povos indígenas do nordeste são cobrados por não possuírem aquilo que lhes foi “roubado”, ou seja, o direito de existir segundo suas tradições. A partir dos anos 1970 surge um novo interesse acadêmico desconstruindo a ideia de extinção dos povos Indígenas no Nordeste.

Para adentrar no assunto sobre o processo de etnicidade dos povos Indígenas do Nordeste, é de suma importância citar o antropólogo João Pacheco, e a publicação “Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. Ele analisa as obras do processo de miscigenação, ponderando as construções da etnicidade dos povos indígenas do Nordeste.

A discussão retratada acima é considerada por João Pacheco como “etnologia das perdas”, que mostra o processo que ocorreu há séculos. É possível analisar que em decorrência do processo de mestiçagem, ocorreram grandes processos de perdas para os povos indígenas, fazendo com que os mesmos fossem classificados como sertanejos e considerados como “índios misturados”, formando assim novas identidades e perdendo a “essência indígena”. João Pacheco traz a visão dos autores que fizeram parte dessa situação interétnica:

Ao longo do ensaio, contudo, esses autores mencionam, a título de um estigma, uma caracterização sociológica que poderia aplicar-se a todas aquelas populações: “a partir da segunda metade do século, sobretudo, os índios dos aldeamentos passam a ser referidos, com crescente frequência, como índios ‘misturados’, agregando-se-lhes uma série de atributos negativos que os desqualificam e os opõem aos índios ‘puros’ do passado, idealizados e apresentados como antepassados míticos” (OLIVEIRA, p.6,1997)

A expressão “índios misturados” traz um pensamento distorcido sobre os povos, se entendendo que para ser indígena “de verdade” é preciso possuir os estereótipos raciais e culturais. Assim, exige-se uma aparência, o que desqualifica a autonomia política. As “perdas” culturais eram descritas nos estudos por meio da comparação dos povos indígenas da Amazônia e do Nordeste, o que resultaria na “aculturação” dos povos indígenas do Nordeste.

A condição de novas identidades remete a um espaço de inferioridade a nós Indígenas do Nordeste. No entanto, o autor Alexandre Gomes em sua obra “Aquilo é coisa de índio objeto, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará (2012), em diálogo com João Pacheco de

Oliveira, a questão indenitária dos Kanindé, a qual não nega a miscigenação, mas a relativiza, alegando que existe sangue de índio, existem traços culturais, costumes.

“Porque se meu vô era indígena, se meus pais são indígenas, porque eu não sou? Eu não sou sangue do sangue deles? Como é que eu sendo sangue do sangue deles, eles são e eu posso não ser?” (FIDÉLIS *apud* GOMES, 2012, p.204-205).

Para nós indígenas fazer parte de um povo através de vínculos de parentesco é sobretudo ser reconhecido um pelo outro, ou, por nós mesmos enquanto parentes. O sangue “misturado” não é uma negação da condição étnica, apenas constitui o índio que se é, um modo próprio de ser índio, que reside no sangue herdado, também, mas não apenas nele.” (GOMES. P.204. 2012)

A miscigenação não é negada por nós Indígenas do Nordeste, mas saliento que a “mistura” foi uma saída para a sobrevivência. Os territórios foram dominados por disputas marcadas por ações de eliminação, se não são índios, não possuem mais direito à terra, a partir dessa negação da nossa existência, inicia a luta territorial dos povos indígenas do Nordeste.

Consideramos que, apesar de devastador em alguns aspectos, o processo de genocídio dos povos indígenas do Nordeste não obteve sucesso, pois os povos indígenas nunca deixaram de existir. Em relação ao projeto etnocida, a própria ação do movimento indígena das últimas décadas, assim como os estudos antropológicos contemporâneos, demonstra que estão em pleno processo de revisão e reversão.

O ressurgimento das etnias conceitualmente conhecido como processo etnogênese, usado para descrever a transfiguração grupos étnico especialmente nos contextos de identidade. Tornou-se não só a base para a mobilização dos grupos, mas também a base para reivindicações políticas sociais e econômicas.

Posteriormente ao processo de etnogênese os povos indígenas instauraram a reestruturação cultural, onde esses povos passam a reconstruir suas aldeias e suas identidades étnicas que por muito tempo foram silenciadas, como relata Gersem Baniwa:

Vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas (SANTOS, p.28, 2010).

O processo de Etnogênese teve como função o resgate e a reconstrução étnica dos povos, reassumindo assim suas práticas tradicionais como força política, pois essas práticas tradicionais, ou seja, a dimensão cultural, política e social nelas contidas, possuem um papel

significativo em nossa luta, pois é através de nossos rituais que partilhamos os mesmos enfrentamentos.

Dentre a cultura e a tradicionalidade dos povos indígenas do Nordeste, o ritual sagrado da dança do Toré se faz presente em várias etnias, possuindo, além do simbolismo espiritual, “força” política, que se fundamenta nas lutas, reivindicações e garantia a permanência territorial e articulação entre os povos. Dentre as primeiras pisadas do Toré, os Pitaguary organizaram investimentos políticos em pelo menos cinco situações especiais de prática do ritual (MAGALHÃES, p.322, 2009). Situações essas que remetem a afirmação indenitária, pois a identidade assume um lugar político, incluindo-se assim em momentos de mobilizações , retomadas.

Para além da afinidade e semelhança cultural entre os povos indígenas da região Nordeste, também se estabelece articulações que pontuam as distintas demandas de cada comunidade. Em resposta a essas demandas, são constituídos vários tipos de organizações, as principais são: APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo) e APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que possibilitam nossa autonomia.

No âmbito regional, as Assembleias consistem em uma das principais articulações políticas, pois possuem a intencionalidade de reunir as comunidades indígenas e suas lideranças de diversos segmentos, com o objetivo de dialogar e expor projetos de interesses comum.

A APOINME é a organização indígena de maior representação e influência entre os indígenas do Nordeste. Foi criada em maio do ano de 1990 como uma organização informal, a partir da articulação de lideranças indígenas, no período posterior ao silenciamento étnico da região Nordeste. Em março de 1995, a APOINME foi institucionalizada, tendo como compromisso a luta pela recuperação dos territórios tradicionais indígenas e a reivindicação de políticas públicas diferenciadas relativas à educação, saúde, desenvolvimento e sustentabilidade dos povos indígenas junto ao poder público.

Atualmente, a organização é composta por indígenas que abrangem dez unidades da Federação, estando subdividida em oito microrregiões estabelecidas entre os nove Estados da Região Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Representa mais de 78 povos e uma população de mais de 213 mil indígenas (APOINME, 2017).

Outra articulação que possui importante contribuição no processo de luta dos Indígenas no âmbito Nacional e Regional é APIB, que visa fortalecer a união dos povos indígenas e outras organizações de diferentes regiões do país, unificando as lutas e as mobilizações.

Diante disso, as reivindicações e demandas políticas do movimento indígena no Nordeste, juntamente com a articulação indígena nacional, passam por alguns retrocessos e violações de direitos frente ao Estado, o que envolve condições de inferioridade na garantia de direitos.

O Estado brasileiro frente aos povos indígenas da região Nordeste ainda se caracteriza como instituição preconceituosa. As políticas públicas nos são negada, como por exemplo, o impedimento de estudo de delimitação e homologação das terras, estudos esses que são iniciados, mas dificilmente finalizados, tendo como o principal embate A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), conhecida como bancada ruralista, que vem ganhando força nos últimos tempos.

Nós indígenas somos diretamente afetados por esse bloco político, o agronegócio é um entrave para a demarcação. Demarcar uma terra indígena contraria os interesses do mercado, já que não produzimos para ele, pois nosso modo de vida “trava” a lógica do capital.

O processo que conduz a de marcação de territórios indígenas está na constituição, estando no regimento de ordem:775/96, garantindo a permanência dos povos indígenas em seus territórios tradicionais. Entretanto, os entraves existentes nos processos de demarcação dos territórios, impedem o direito garantido constitucionalmente.

O lucro que pode ser obtido com a exploração dessas terras, em relação íntima com empresas nacionais e multinacionais (interesses privados), o Estado brasileiro é negligente, prejudicando não apenas os povos indígenas ao favorecer o retardamento dos processos de demarcação, mas afetando a população brasileira de maneira geral, social, cultural e ambientalmente.

Diante da não regularização dos territórios indígenas do Nordeste, passamos por situações marcadas por conflitos, condição essa presente na maioria das terras indígenas da região, provocando ataques e ameaça de extermínio de indígenas. Um dos principais embates dos povos indígenas no Nordeste é a ocupação dos territórios por posseiros, o processo de “extrusão, ” ou retirada de pessoas não-indígenas das terras indígenas, é uma das principais dificuldades enfrentadas pela FUNAI (LARAIA, 2000).

Com todo o cenário de não efetivação das políticas públicas voltadas aos Povos Indígenas do Nordeste, sentimos na pele a experiência de um novo “etnocídio”, não arrancando somente nossa cultura, mas nosso direito de sobreviver em paz em nossas terras, quando o “desenvolvimento” autoriza a ocupação de posseiros e invasores em nossos territórios tradicionais.

Mesmo que a luta seja árdua, não nos acanhamos. A prova disso é a intensificação de retomadas em nossos territórios ocupados, tendo em vista que esses posseiros possuem o interesse de explorar também os recursos naturais dos territórios, causando destruição em prol de lucro para poucos.

Nossos territórios são nossa maior riqueza, uma riqueza não monetária, pois não tem dinheiro que pague e, para além do sistema de relações capitalistas, onde coisas valem mais do que pessoas, preservamos outras maneiras de ser rico. E sem a Mãe Terra não há luta. Permanecemos diante de toda essa conjuntura que nós é nega constantemente.

1.2.O Ceará Indígena: Panorama da Questão Indígena no Estado

“Quem deu esse nó não soube dá, esse nó ta dado e eu desato já, ou desenrola essas correntes deixa os índios trabalhar!” (Canto Indígena)

O Ceará Indígena e todas as questões que aqui serão abordadas são reflexos de todo o processo histórico relatado nos tópicos acima, fruto de muita reivindicação e resistência. Atualmente somos 14 etnias no Estado do “Siará” (canto da jandaia em tupi, um tipo de papagaio). As questões que serão abordadas sobre nós povos Indígenas cearenses representam todas as mobilizações e lutas contra opressão, e o período de “etnogênese” dos povos Indígenas do Nordeste.

Para relatar todas as questões atuais sobre o movimento indígena no Ceará, iniciarei sistematizando alguns marcos que remetem ao passado, mas reflete em nós até os dias atuais. Revelando assim os principais embates com a força capitalista, e toda a precariedade social que nos é imposta. Iniciarei fazendo um pequeno apanhado a época pré-colonial no período Pombalino².

A autora Isabelle Braz, uma das maiores pesquisadoras de etnicidade dos povos indígenas do Ceará, traz a reflexão sobre a resistência e de como os indígenas reagem ao Diretório Pombalino no trabalho “Vilas de Índios no Ceara Grande: dinâmica local sobre o Direito Pombalino”, relatando os processos históricos dos povos Indígenas no território Cearense, na criação disciplinadora dos aldeamentos coletivos e do trabalho persistente na

² O período Pombalino (1750-1777) foi o período em que D. José-I nomeou o Marques de Pombal como Primeiro Ministro, para governar Portugal e suas colônias. Muitas destas medidas estavam relacionadas à sua principal colônia, o Brasil marcado pela a dominação política e econômica. A função do Brasil, dentro objetivo pombalino, era de suprir as necessidades materiais e comerciais da metrópole, a fim de transformar Portugal numa potência europeia.

agricultura como forma de catequizá-los e civilizá-los. Os diretores de índios passaram a controlar totalmente suas vidas, em função da exploração. Desta forma, fugas, deserções e conflitos foram constantes no período:

A transformação das aldeias em vilas de índio foi um processo bastante complexo. Não se resumiu a uma mudança formal, nem simplesmente se reduziu a uma mudança de estrutura de poder, afeita somente à esfera da elite dominante. Foi um processo social de amplo alcance, já que marcado por intervenções diretas e profundas na vida daquelas populações. (SILVA. P. 84. 2003)

A administração das terras indígenas continha multifaces a qual fundamentava-se em conflitos e negociações. Nós indígenas do Ceará passamos por processos de dominação, que trouxeram transformações para a nossa cultura, em consequência a sociedade envolvente. O Diretório foi um projeto “civilizatório” que procurava acabar com o trabalho missionário nos aldeamentos, elevando-se a política que influenciou os indígenas na vilas e aldeias.

Outro momento posterior à era pombalina, de extrema rejeição a afirmação étnica a nós povos Indígenas do Ceará, foi o indeferimento das forças políticas que administraram a província no século XIX, tendo como presidente José B. C. Figueiredo Júnior. No dia 09 de abril de 1863, José Figueiredo encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, um relatório de sua produção onde afirmava a negação da existência de índios na província cearense. Segue um trecho do relatório provincial:

Já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribus de Tabjaras, Cariris e Potiguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o resto constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba, que os Jesuitas no principio do seculo passado formaram em Villa Viçosa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Benedicto com os índios chamados Camussis, Anacaz, Ararius e Acaracú, todos da grande família Tabajara. Com a extinção dos Jesuitas, que os governavam theocraticamente, decahiram esses aldeamentos, e ja em 1818 informava um ouvidor ao governador Sampaio que os índios iam-se extinguindo na Ibiapaba, onde tinham aqueles religiosos um celebre hospicio no lugar denominado Villa Viçosa, que com os outros acima indicados abrangem a comarca deste nome. E nelles que ainda hoje se encontram maior numero de descendentes das antigas raças; mas andam-se hoje misturados na massa geral da população.

A partir do que foi exposto, é compreensível que decreto foi um sistema de negação a existência dos indígenas no Ceará. Todo esse processo apresentou interesses políticos e econômicos, ou seja, a força capitalista, que tentam nós apagar e nos retirar de nossos territórios. Pelo menos 80% das terras pertenciam aos índios, mais uma confirmação de existência através das práticas sociais, daqueles que o discurso político e ideológico teimava em negar. (ATUNES, pg,06. 2012)

Mais de um século depois ainda se é referenciado o discurso de “desaparecimento” dos povos, questiona-se a presença indígena no estado, vista como remanescente misturada ao

restante da população. Considerados “extintos”, movimento indígena do Estado começa a reaparecer.

Os povos Indígenas do Estado do Ceará retomaram sua luta a partir dos anos 1980, iniciando as mobilizações primeiramente com os povos Tapeba, Tremembé, e depois Pitaguary e Jenipapo- Kanindé. Esse processo de reconstrução de identidade étnica teve como base as memórias coletivas, em um processo de reconstituição da história e territorialidade.

Apesar de todas as diversidades enfrentadas, torna-se cada vez mais forte nossa luta por reconhecimento étnico- territorial, nossa diversidade cultural e tradições ainda são uma de nossas maiores riquezas. Atualmente estamos divididos em 14 povos indígenas no estado, segundo a ADELCO (2017): Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potyguara, Tabajara, Tapeba, Tapuya-Kariri, Tremembé, Tubiba-Tapuia e Tupinambá, espelhados por todo Ceará, como podemos ver no mapa:



Fonte: Adaptado de ADELCO, 2017.

O mapa apresentado mostra a divisão atual das TI (terra indígena) no Ceará. Os dados foram extraídos da ADELCO³ (2017), da FUNAI [2017]. Dentre esses 14 povos Indígenas, as situações dos territórios que estão em processo de demarcação concluído são: a TI Tremembé, no Córrego João Pereira, nos municípios de Acaraú e Itarema, e a TI Tapeba, no município de Caucaia. Os restantes dos territórios se encontram-se em processo de estudo ou inconcluso do processo demarcatório. Saliento que nós povos Indígenas do Ceará passamos por muitos conflitos territoriais e violações de direitos, desse modo, se instituem problemas que nos afetam diretamente, como exposto pelos pesquisadores Felipe Lima e Fábio Maequesam:

Em referência aos problemas existentes e riscos potenciais encontrados no levantamento, pode-se afirmar que os índios, cujas terras não foram delimitadas ou regularizadas até o momento, resistem aos diversos problemas socioambientais decorrentes da exploração de recursos naturais, da construção de residenciais e complexos turísticos, da posse ilegal de suas terras, dentre outros. Tais ações têm impossibilitado que esses povos realizem suas práticas religiosas, tradições culturais e o cultivo de seus alimentos, o que representam violações do direito à moradia, à saúde e ao bem-estar. (LIMA, MARQUESAM, pg 12, 2017)

Os principais problemas diagnosticados nas TIs do Ceará, envolvendo nós indígena, foram desapropriação de terras, destruição de casas, violência física, ameaça, e tentativa de assassinato. Sobressaio que todas essas tensões são esquecidas pelas políticas públicas.

O maior embate de nós povos indígenas do Ceará é a força capitalista em nossas terras, praticando diversas formas de violência, que carregam a destruição socioambiental, provocando ações irreversíveis em nossas vidas e história. Sistema esse de interesses privados que se disfarçam de “desenvolvimento”, os interesses econômicos e do Estado passam por cima dos territórios, revestidos de uma aparência enganadora aos olhos do senso comum.

Enfatizo que o próprio Estado Brasileiro apoia a implementação de tais empreendimentos sem levar em conta a nossa cultura e tradicionalidade. O próprio Estado elabora projetos com grandes proprietários de terras ou indústrias. Frente a isso nós movimento Indígena do Ceará estabelecemos estratégias de organização e luta. Diante da complexidade que se encontra as violações de nossos direitos, toda a luta e mobilização tornam-se legítima para a garantia dos nossos direitos.

Para além das mobilizações e luta o movimento Indígena hoje se constitui como um dos mais fortes e articuladores no Ceará, caracterizado por nossa relação de interação entre os povos e aldeias. Para além dos nossos troncos velhos participarem das articulações, mulheres e juventude tem um protagonismo importante.

³ Adelco – Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido, fundada em 2001, é uma entidade civil sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza-Ce.

Somos o primeiro Estado do Brasil e da América Latina a ter a primeira mulher Cacique Indígena, na etnia Jenipapo-Kanindé, Maria de Lourdes da Conceição Alves (CACIQUE PEQUENA). A atuação da Cacique Pequena através de sua luta trouxe muitas transformações nos padrões sociais a partir da atuação da mulher no movimento indígena do Estado, como afirma a indígena da Etnia Jenipapo-Kanindé, Raquel Alves:

Antigamente a luta das mulheres era com a casa. Elas apanhavam murici, castanha, espinho, pescavam nos rios, trabalhavam de enxada, mais os maridos. No período de inverno pegava feijão, mandioca, tirava uma goma [...] homem é que queria ser tudo e a mulher era só chefe de fogão. A índia era só pra viver na beirada do fogo, pra cuidar dos filhos e tudo mais. Hoje em dia, a mulher daqui não tem mais tempo pra isso, tem que está em dia com os conselhos e a associação. -Cacique Pequena, 61 anos, Lagoa da Encantada, novembro de 2004. (ALVES, pg. 4. 2019)

Em função disso, é possível compreender que a participação da Cacique Pequena influenciou outras mulheres indígenas a fazerem parte do movimento Indígena, tendo mais representatividade e visibilidade dentro do movimento local e Nacional. As mulheres Indígenas atualmente ocupam espaço de liderança nas lutas do Estado, e nas políticas internas de cada aldeia. Diante disso, toda a luta da Cacique Pequena reflete no movimento de nós mulheres Indígenas Anacé, onde as mulheres tendem a ter sua autonomia frente às políticas da aldeia, assim contribuindo no processo de reconhecimento étnico do povo.

Dessa forma a luta dos povos indígenas do Ceará, e seus seguimentos de mulheres, jovens, pajé e cacique entre outras representatividades, se fortalece através de nossas bases do movimento do Estado do Ceará. É muito importante o apoio do movimento e das etnias, no processo de autoafirmação étnica e no processo de reconhecimento.

1.3.Lugar acolhedor: O povo Indígena Anacé

“Já sinto o cheiro da terra, já vejo a cerca tirada, eu quero ver o meu povo alegre com a terra demarcada”. (Canto do toré, povo Tapeba. Ceará)

A palavra Anacé em Tupi significa parentes unidos. Como já diz o significado da palavra, somos um conjunto de aldeias partilhando da mesma cultura e tradicionalidade. Tornando assim nossas vivências familiares integrada de sentimentos e encantos. Desse modo serão apresentadas algumas características e particularidades que marcam nosso processo étnico na comunidade de Matões.

Nós Anacé estamos situados em três aldeias distintas, todos os grupos pertencentes ao município de Caucaia, com distância de 8 km de Fortaleza. Atualmente somos dois mil e noventa indígenas em cerca de 600 famílias, divididos em três áreas. A primeira é reserva

Indígena Taba dos Anacé, configurada em Matões, Baixa das Carnaubas, Projeto Currupião e Bolso. A segunda aldeia é Japuaara que está subdividido em Pau Branco, Pindobas, Mangabeira. E a terceira é Santa Rosa com as comunidades de Jacurutu, Vila Damdão e Bom tempo.

O processo histórico de formação das Aldeias Anacé não se diferencia das demais etnias indígenas do Estado do Ceará, referente ao período de “emergência” e “silenciamento” étnico dos povos.

Essas terras apenas seriam plenamente colonizadas pelos portugueses após mais de um século e meio desde o início da chegada dos exploradores europeus, no século XVI. Esse período é denominado pela historiografia oficial como Guerra dos Tapuias, que compreendeu, na verdade, diversas guerras entre invasores e povos defensores de suas terras. Da Guerra dos Tapuias, é registrada, principalmente, a batalha do Rio Pajeú, que durou cerca de 30 dias, onde os Anacés avançaram contra os portugueses, que saíram derrotados. (SANTANA, NETO, AGUIAR, SOUZA, P.5.2010)

Este fato obrigou os índios a procurarem outras terras, ou permanecer e servirem de mão de obra para os colonizadores. Em regime análogo a escravidão, transformados em vaqueiros e peões. No século XVII se tem o registro da ocupação de núcleos populacionais não indígenas nas terras dos Anacé. Nas duas últimas décadas do século, o processo de doação de terras intensificou-se por meio das capitânicas.

A distribuição das sesmarias do Siará passou-se às doações, teve como propósito a exploração de Terras Indígenas, sendo imposto a construção povoados no território, como política “integração”. Como ocorre com a distribuição local do território Indígena Anacé, descrito em seis léguas pela a costa do mar, e oito léguas pelo o lado do sertão, uma área bem extensa. Nessa sequência se fazia referência a aldeia Japuaara, território caracterizado por sua linha de Serra.

No Governo Provincial muitos Índios do aldeamento Anacé foram exterminados. Classificados como “índios brabos”, negavam-se a catequese. Os mais velhos de minha Aldeia Matões contam que a lagoa do Banana⁴ virou um mar de sangue, posterior a esse momento optaram por ocultar a identidade, sobretudo nos aspectos mais exógenos. Os indígenas foram mortos ou fugiram, dessa forma, os territórios indígenas podiam ser usurpados. (SANTANA, NETO, AGUIAR, SOUZA, P.4.2010).

Mas o que ocorreu na verdade foi silenciamento étnico Anacé, como estratégia de sobrevivência, optaram por ocultar sua identidade. Forçados a deixarem de falar a língua nativa, adotaram alguns elementos do catolicismo popular que se assemelhavam aos seus costumes religiosos. Diante das pressões sofridas, algumas famílias resistiram não

⁴ A Lagoa do Banana está a 32 quilômetros de Fortaleza. Pertencente ao TI Anacé. A partir da década de 80 torna-se atração turística.

abandonando sua região, sobrevivendo da agricultura de subsistência e pequenas criações, mesmo sendo obrigados a silenciar culturalmente.

As terras onde se localizava, e ainda se localiza, o povo Anacé, nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, se caracterizam pela fertilidade que propiciam as plantações de cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, caju, banana (alimentos típicos presentes na alimentação desse povo), além de outras atividades diárias como pesca, devido à proximidade com a faixa litorânea, e a pecuária (criação de vacas, cavalos, galinhas, etc). (SANTANA, NETO, AGUIAR, SOUZA, P.5.2010).

Toda essa característica e vivências ainda se faz presente na TI Anacé. Em distinção a aldeia Matões que é derivada da palavra mata ou grande mata, era um espaço constituído de muita simplicidade e encantos, por grades matas fechadas, o acesso se dava por meio de veredas feitas de areias, que faziam a ligação entre as famílias. Dentro desse território existiam vários agrupamentos de famílias, cada uma com sua especificidade, mas compartilhando a alimentação através de trocas de caças, pescas e roçados, e por meio de rotatividades, como relata nossa liderança Júnior Anacé:

Naquele tempo eu cheguei a andar de burro de cela, que eu andava naquela mata visitando as famílias eu chagava lá era a coisa mais beleza do mundo, as casas de taipa, casa de palha os quintal no chão de areia era limpim a coisa mais linda do mundo, quando você ia ver as pessoas lá eram pessoas que recebia a gente super bem, a gente comia bolo como café, tapioca . Mas quando via um carro zoar corria pra dentro de casa, era um índio brabo, quando via alguém chegar pra fazer visita era pessoas que ficavam assustados no mei da mata, porque não era acostumado a ver as pessoas. (FERREIRA, 2018).

As famílias eram afastadas geograficamente, mas todos com grau parentesco, laços consanguíneos e afetivos, tios, irmãos e primos. As reuniões de todos esses grupos aconteciam por meio ritualistas, tais como danças tradicionais, terços, casamentos, e em momentos de festejos da igreja católica.

Para nós Anacé de Matões todos os lugares do território são sagrados, porém a mata do cai a canga se sobressai por seus encantos e espiritualidade, uma área muito importante para nossos antepassados e para todos da aldeia Matões. Nossos antepassados se faziam presentes em rituais e em oferendas aos nossos encantos.

O morro ou mata dos encantados, como é chamado por nós Anacé, é um lugar de renovação espiritual, um lugar de encantos e muita força ancestral. Contam os mais idosos que em cima do morro existe um grupo de encantados, que ao entrarem no mar, em noites escuras sem lua, esses encantos norteiam os pescadores na volta à terra firme. Esse é um dos encantos de nossa Aldeia, que remete a nossa espiritualidade e nossas práticas de sobrevivência.

Uma das práticas que se perpetua na Aldeia Matões são nossas farinhadas, onde as famílias se auxiliam em todo o processo desde a plantação da mandioca até o feitio, como raspar a mandioca, tirar goma, fazer a tapioca e a farinha. Momento este não só visto como trabalho,

mas como um momento festivo de alegria e afeição. Somos ensinados desde cedo que a união faz a força, assim todos temos que contribuir da forma que podemos ajudar. Assim, todos os lugares e práticas situadas se fazem presentes na tradicionalidade Anacé, cultura se conduz como articulador e configurador da luta.

Atualmente, o quadro de lideranças indígenas Anacé de Matões é formado por uma comissão de doze indígenas, que organiza e mobiliza juntamente com as famílias desde o início do processo de reconhecimento étnico Anacé. O conselho Indígena possui registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº 17093421/0001-07, estando a frente dos processos burocráticos e jurídicos da aldeia:

O Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia (CIPASAC) e a Comissão da Terra são as duas organizações mais atuantes nas comunidades, ambas trabalhando no sentido de promover o envolvimento e fortalecimento do Povo, reivindicando pelos direitos referentes aos povos indígenas. Tais movimentos sociais traçam articulação com outras entidades e representações do movimento indígena em nível estadual e nacional, como por exemplo: o Ministério Público Federal, instituições religiosas e acadêmicas e organizações não-governamentais. (SANTANA, NETO, AGUIAR, SOUZA, P.9. 2010)

Diante de todos os representantes da comissão Anacé, constata-se que é constituído majoritariamente por mulheres que vem representando, desde o início do processo de reafirmação étnica da nossa comunidade de Matões. Assim sendo, a representação feminina tem muita importância, as mulheres indígenas possibilitam a articulação política interna Anacé. Tendo como aliado nessa construção política e étnica o movimento Indígena do Estado do Ceará.

Assim, a organização interna da nossa comunidade Anacé de Matões recebeu contribuições de outros povos vizinhos, especialmente da etnia Tapeba. Quando iniciamos o processo de afirmação étnica frente ao movimento Indígena do Estado do Ceará, notamos a semelhança cultural e tradicionalidade, característica bem marcante entre outros povos indígenas do Nordeste.

No processo de afirmação étnica os Anacé, o toré certamente tem desempenhado papel significativo. Em momentos importantes de sua luta, os Anacé tem dançado o toré, à semelhança de seus vizinhos Tapeba. Isto demonstra seu empenho em acionar esse sinal diacrítico para reiterar sua diferença em suas relações com a sociedade envolvente, pois, como afirma Barth (2000, p. 35), “a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas a existência de critérios e sinais de identificação, mas também uma estruturação das interações que permita a persistência de diferenças culturais” (BRISSAC, NÓBREGA. P.9. 2010)

Essa relação de troca entre grupos reflete positivamente na luta como um todo, uma vez que, tais manifestações ajudam a superar barreiras dentro da própria comunidade. O apoio que recebemos das demais etnias, contribui para visibilidade do povo e aceitação por parte dos demais nos processos de tensionamento político frente ao Estado. A prática do toré para os

povos indígenas do Estado, para além do fortalecimento espiritual, traz atribuições políticas de reivindicação aos Direitos territoriais, e ao longo dos encontros reaprendemos a praticar o ritual.

Portanto todas as contribuições do movimento Indígena do estado do Ceará possuíram grande importância no processo de reafirmação étnica do povo Anacé através de todos os posicionamentos políticos e marcadores indenitário de encanto e simbolismo cultural.

2 – Identidade, Direito e Território

E o senhor nos dai força para lutar e vencer, nós não vamos desistir e a terra queremos receber. (Canto indígena)

A abordagem que será discutida tem como conceitos: identidade, direito e território, que serão apresentados através dos marcadores históricos Anacé. Manifestando quais os motivos que desencadearam a mobilização étnica, conforme a situação e o contexto ao qual fomos forçados a nos inserir.

Como já referido, todo esse processo se inicia no ano de 1996 com a construção do CIPP condizente à primeira desapropriação na comunidade de Matões, removendo muitas famílias e a alojado-as em assentamentos em localidade próximas: Tórem, Forquilha e Munguba, entre outras. Tal processo foi realizado no período de um ano, a partir desse episódio as famílias passaram a se reorganizar em outro espaço, e se reconstruir materialmente e sentimentalmente.

A etnia anacé é resultado de um complexo movimento de emergência étnica recente, sendo formada a partir de uma ação política de resgate e fortalecimento cultural que tem sua história própria e ainda precariamente reconhecida e estudada. Qual a importância disso quando pensamos as fronteiras entre os projetos de grande escala e as populações indígenas nacionais? (ALENCAR. P, 9. 2013)

Nossa situação não é semelhante a de outros povos de outras regiões do país cuja existência étnica é reconhecida pelo Estado brasileiro. Inicialmente acreditava-se que a instalação do complexo portuário seria “avanço” para a comunidade, e assim apostaram nas promessas apresentadas. Antes da afirmação da identidade Anacé as famílias eram tidos como inocentes, não tinham consciência política do que era a perversidade do CIPP em suas terras. Existimos por muito tempo naquele território cheio de matas sem contato com outros lugares dessemelhantes, vivendo de modo simples.

Em seguida, ao perceberem que não era algo para beneficiar a comunidade e nem o “desenvolvimento” do local, compreenderam que, o único intuito da remoção era retirar os moradores da área para os empresários prosseguirem com as obras, que conseqüentemente acarretaram em muitas conseqüências negativas para as famílias removidas, e para os que permaneceram.

Antes deste processo de remoção a comunidade não se afirmava como indígena, entretanto compartilhavam de valores culturais. Os mais velhos sempre diziam que as famílias residentes naquele lugar possuíam linhagem indígena:

“Nesse tempo eu já era indígena, porque eu via que as coisas que meu pai fazia tipo pescar e muitas coisas que ele fazia que é da tradição indígena, que eu ficava me perguntando rapaz, se nem muito saber da historia indígena mas eu dizia que meu pai é índio. Quando ele falava que ele ia num casuar com o irmão dele e minha tia, os dois irmãos dele no caso, o meu pai a irmã dele e o outro irmão, que era o meu pai o tio

Manel e a Tia Maria, que eles iam pescas no rio, que minha vó pegava e botava a minha tia, por exemplo, no meio da cangaia de lado do casuar botava o meu tio Manel e no outro casuar botava meu pai, passa o dia todo pra poder trazer o que comer”. (Júnior, 2018).

A liderança Júnior Anacé, ao observar todas essas memórias contadas pelo seu pai, ficava se perguntando: como é que a gente faz para se afirmar como indígena? Sua inquietude despertou o início ao “resgate” cultural. Sendo ele um dos principais condutores das atividades.

A equipe Pastoral do Migrante, Pastoral da Terra, ambas da Igreja Católica, apoiaram as famílias impactadas. Colaborando também com suas pesquisas e reuniões junto com o restante da comunidade. Valendo-se do direito à auto-identificação, exposto na Convenção nº 169 da OIT, os Anacé se afirmaram enquanto grupo diferenciado ao tempo em que se articularam com o movimento indígena (BRISSAC, NOBREGA. P.2, 2010).



Foto 1: Reunião com alguns lideranças Anacé, com a participação do CIMI⁵. Matões, 05 de outubro de 2005.

As reuniões na comunidade auxiliaram na concretização, as vivências transcritas em livro e cartilha, elaborados pelas famílias, apresentando danças, rituais e histórias dos ancestrais, que por muito tempo foram escondidas e negadas. A partir daí se inicia a luta política Anacé, e reconstrução cultural. O processo de afirmação identitária Anacé, teve como base a relação territorial e as vivências espirituais e específicos lugares de encantos, como descreve o Dr. Sergio Brissac:

Suas condições de possibilidade [do processo de emergência étnica] permaneciam latentes na menção reiterada a uma “corrente dos encantados” que atravessa o território, nas referências simbólicas aos marcos físico da área (a lagoa do Gereraú designada como Pai Lagamar, p. ex), nas reminiscências transmitidas pela a tradição oral ao longo de seus processos de territorialização [...]. Tal movimento de resistência

⁵ Conselho Indigenista Missionário. Criado no ano de 1972.

diante das desapropriações possibilitou que, no processo de luta, muitas famílias começassem a recontar algumas histórias que os pais e aos lhe havia contado, mas que, pelo medo, foram sendo enterradas no silêncio. Histórias de encantados, danças, rituais, curas, massacres, resistência. (FIDÉLIS *apus*, BRISSAC, NOBREGA, 2010. P.2-3).

Diante desse processo de reorganização, e conseqüentemente a todos os desfechos causados com a construção do complexo, as famílias que permaneceram na aldeia Matões, foram sujeitadas a uma nova ameaça, que resultou numa segunda remoção. Com a proposição de ampliação do CIPP, e desta vez a aldeia Matões seria impactada e removida por completo.

Diante de toda organização, conduziu no posicionamento do Ministério Público Federal e FUNAI, para o reconhecimento jurídico do povo Anacé. Em 28 de julho de 2003, iniciamos o processo gerado e entregue, solicitando a demarcação de nosso território, na 6ª Câmara de Coordenação Revisão do MPF e Procuradoria Geral da República- PGR, de nº 0.15.000.001257/2003-15. Dando a possibilidade de permanência na comunidade de Matões, terras requeridas pelo CIPP para ampliação.

Com a compreensão sobre o que passamos na primeira remoção, buscamos contribuições para o fortalecimento da luta, dialogando como o povo Tapeba, e posteriormente com o movimento indígena do Ceará. A partir desse momento, fortalecemos nossa identidade, iniciando os processos de regulamentação.

O autor Fredrik Barth evidencia o conceito de etnicidade relacionado com o significado organizacional dos grupos étnicos, sendo entendidos como grupo de identificação realizadas pelos próprios causadores que além de perpetuarem-se naturalmente, compartilha de valores culturais que fundamenta culturalmente:

A etnicidade, por sua vez, é uma forma de organização social baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores (BARTH, p.196. 1998).

A identidade por sua vez, possui signos e símbolos criados pelo grupo que os caracteriza e representa, estando interligados ao território. Todas essas particularidades afetivas se fazem presentes em nosso território, mantendo a harmonia e organização mostrando “que existimos enquanto grupo”. Somos acima de tudo uma reinterpretação da história étnica Anacé.

No dia 16 de fevereiro de 2007 realizou-se a Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, com representantes Anacé e Tapeba, solicitando o cadastramento das famílias Anacé junto a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. No mesmo ano se realizou os registros de trezentas e oitenta famílias, aproximadamente mil e duzentos e sessenta e cinco indígenas, divididos em quatro aldeias, Japudara, Santa Rosa, Matões e Bolso.

Esse momento impulsionou a comunidade a se mobilizar, com o propósito de permanecer na terra, surgindo aí o sentimento de aflição e insegurança nas famílias, já que a mesma estava ameaçada a uma segunda desterritorialização.

A organização política das comunidades Anacé ocorreu em paralelo com a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. Uma das lideranças aponta que antes da criação do CIPP, a população não precisava se organizar, pois eles viviam com tranquilidade. No entanto, como afirma uma das lideranças locais, “após mexerem com o formigueiro”, a população teve que se organizar para defender os seus direitos. (AGUIAR, NETO, SANTANA, SOUSA. P.9. 2010)

Na época a comissão da terra constituída por lideranças Anacé, da aldeia de Bolso e Matões, encontrava-se a frente às problemáticas, os conflitos entre as reivindicações da comunidade para a demarcação das terras e o reconhecimento de seus valores tradicionais e o CIPP e seu processo de ampliação previsto para nossa região.

Destaca-se que o processo de “desenvolvimento” parte de um grande investimento econômico a qual fomos inseridos, passando por cima de valores e costumes. No entanto, a nossa união e identidade deram potencialidade para o enfrentamento em defesa dos nossos direitos de permanecer.

O Indígena e advogado Luiz Henrique Eloy Amado Terena (2015), no texto: Terra Indígena e Legislação Indigenista no Brasil faz um apanhado histórico sobre as leis indigenistas, discutindo os direitos e as normas elaboradas pelos não índios, destinados aos indígenas. A organização política no Brasil no que diz respeito aos direitos para os povos indígenas, possui três importantes registros: Estatuto do Índio de 1973, a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT.

Todas essas normativas constituem planos de abrangência incluindo as questões indígenas. O direito originário significa dizer que, se faz presente e é anterior a qualquer outro direito, tendo a posse de permanecer e usufruir do território tradicional, enfatizando que todas as peculiaridades eram existentes na área Anacé:

Segundo dicção do dispositivo constitucional, terra tradicional ocupada são as habitadas em caráter permanente; as utilizadas para suas atividades produtivas; as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar; e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Nesta esteira, a terra indígena deve contemplar o espaço necessário para as habitações (moradias) da comunidade. Deve ainda, englobar os recursos naturais, como a mata onde se possa caçar e colher as plantas medicinais, os rios e lagos onde se possa pescar e onde as crianças possam desfrutar de momentos de lazer. O espaço deve ser o suficiente para as atividades culturais e para a convivência harmoniosa dos grupos familiares presentes e as futuras gerações. Este território deve abarcar também eventual montanha, rio, mata, gruta ou outro elemento qualquer considerado sagrado pela comunidade, dentre outros, o cemitério. (AMADO. P, 17. 2015)

Todas essas características citadas acima estão presente no Artigo 231 da Constituição Federal de 1998. O regulamento foi bem firme, em razão pelas quais tais direitos devem ser protegidos e praticados. De acordo com essas discrições a TI Anacé deveriam ser demarcadas concernentes a Constituição, possibilitando nossa permanência Territorial.

O território Anacé é nossa sustentação idenitária, que possibilita a organização e construções em relações afetivas e sentimentais no espaço físico e espiritual. Possuindo fortes laços com as matas, seres vivos ou encantos.

O território pode ter diferentes dimensões: funcional a simbólica, ambas importantes na construção da identidade de cada individuo. A detenção funcional engloba processos de dominação, de posse, de controle físico, de produção de algo, enquanto que a dimensão simbólica visa processos de apropriação, de múltiplas identidades e também de dominação e de posse. A dimensão simbólica considera ainda a visão do território como um símbolo, como um abrigo, um lar, um sentimento de segurança, uma ligação afetiva e sentimental do meio. Os territórios simbólicos caracterizam-se por serem espaços de referencias para a construção de identidade . (OLIVEIRA. P.7. 2011)

Nesses termos, a concepção de territorialidade vem de encontro, mesmo que, sendo abstrato, denota uma relação entre homem e lugar (SOUZA, 2000). Nossa relação com a terra é um fator determinante para ser considerado e reconhecido, nos dando autonomia e permanência sobre a mesma.

Todos esses fatores apresentados refletirão nas gerações futuras na comunidade Anacé de Matões, nos opomos a fazermos parte de uma “globalização”. Ainda é presente o sentimento de tristeza quando nos lembramos de todas as riquezas em nosso território, nossas matas e espiritualidade que foram modificadas, dificultando nossa permanência e vivências em nossas terras. “Passaram por cima de nós, uma destruição e até hoje não entendemos o porquê, os mais velhos ainda não entende o que aconteceu” (SOUZA, 2019).

2.1 Tradições, cultura e os impactos sociais das indústrias

“As matas virgens estavam escuras quando o luar clareou, mas quando ouvi a voz do meu povo todos os índios aqui chegou”. (Canto indígena)

A Instalação do CIPP no território Anacé também conhecido como Anacetaba, impactou as famílias em grande proporção. Trazendo modificações culturais, tradicionais e socioambientais. Contraditoriamente, esse projeto serviu para autoafirmação e resgate cultural Anacé, a qual localizam-se dentro da área de implantação do complexo.

A primeira desterritorialização Anacé provocou separações de laços afetivos com o território, do qual o povo foi arrancado. As famílias removidas mudaram-se para outras localidades de forma desorganizada, já que a indenização recebida pelo governo não supria todas as necessidades. O processo de reconstrução não aconteceu de forma tranquila, tiveram muita dificuldade de adaptação em outra área. O que é considerado “desenvolvimento” significa para as populações tradicionais, não só as Comunidades Indígenas Anacé, o grande vilão. Mais uma vez “somos invadidos”. (NOGUEIRA, NOGUEIRA, SOUZA, P.22)

Alguns jovens dos assentamentos deixaram de estudar em função da dificuldade de ter acesso à escola. O local mais próximo ficava distante três quilômetros, e o trajeto era feito caminhando na beira da estrada. É importante refletir sobre as condições de vida que foram oferecidas às famílias removidas, já que foram obrigadas a se retirar das terras, e não tiveram uma realocação de qualidade.

O parecer técnico apresentado “O povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado” (2012), realizado por Sergio Brissac, Jeová Meireles e Paulo Schettino, mostra as alterações ambientais sofridas em Matões, e os lugares de encantos que foram violados.

De acordo com os índios “o deslocamento de famílias Anacé para os assentamentos e assim nossa terras serem ocupadas pelas indústrias, já provocou morte de vários índios mais velhos” (mulher Anacé de 63 anos, comunidade de Bolso). Mortes relacionadas a desterritorialização e respectivas perdas de referenciais culturais, simbólicos, afetivos e ambientais relacionado ao território, com consequência diretas na qualidade de vida, em seus aspectos emocionais e físicos, das gerações mais velhas (MEIRELES; BRISSAC; SHETTINO. P,176. 2012)

Todos esses marcadores de perdas na desterritorialização tornaram-se imprevisíveis para nós, atingindo as referências culturais, sentimentais e ambientais. Desse modo, muitos sistemas ambientais que era de usufruto tradicional Anacé, passou-se a ser privados e outros destruídos.

Esses empreendimentos foram projetados em uma área onde os índios exercem atividades de subsistência (roçados, vazantes, sítios com frutíferas, plantio de milho, feijão e mandioca) diretamente dependentes da disponibilidade de água superficial e subterrânea (poços artesianos e cacimbas) para a produção de alimento. Os ecossistemas associados a estes ambientes resguardam elevada biodiversidade dá sustentação à fauna e flora utilizadas como recursos naturais para os Anacé. Utilizam também os riachos para alcançar locais de pesca e caça e para obtenção de plantas medicinais. Quando nas proximidades dos quintais são utilizados como recurso ambiental para o plantio de vazantes, cultivo de frutíferas e hortaliças. Os riachos representam sistemas ambientais de fundamental importância para a continuidade das atividades tradicionais indígenas e atuam localmente como indutores da qualidade dos demais ecossistemas úmidos inseridos na área prioritária para a identificação e delimitação da TI Anacé. (MEIRELES; BRISSAC; SHETTINO. P, 176. 2012).

Diversas matas virgens/sagradas foram derrubadas e lagoas foram aterradas, tempo marcado por muita tristeza. Para além de todos esses destroços causados na primeira remoção,

deixaram marcas de destruição, que permaneceram na aldeia Matões, especialmente para as famílias que subsistiram.

O modo como as desapropriações foram realizadas foram bruscas, mediante a ação violenta do Estado e do CIPP, usadas as forças policiais para a retirada dessas famílias. Já as famílias que permaneceram em Matões sofreram com as mudanças imprevisíveis na dinâmica social.

Geograficamente o CIPP encontra-se entre dois importantes lagamares do litoral cearense, com o Cauípe a leste do Pécem e do Gereraú a oeste, distando um do outro aproximadamente 7,5 km em linha reta. No sentido praia/sertão, a área vai do litoral até a depressão sertaneja. A maior área e a primeira a ser desapropriada situa-se em uma área do tabuleiro pré-litorâneo, no qual a passagem é composta por dunas permanentes, com vegetação, rica em recursos hídricos com riachos e pequenos lagos, mata de restinga num terreno de areia branca, e porem fértil. (TÓFOLI, P.3. 2012).

Todas essas alterações ambientais impactadas se fazem presente na TI Anacé. Em virtude da construção da infraestrutura, as famílias que sobrevivem da agricultura do próprio local, assistiram a invasão de trabalhadores de outros estados do país, gerando desconforto e uma série de problemas para a comunidade.

O tráfego de carros de grande porte que começaram a circular na aldeia causaram inúmeros acidentes, acabando com o sossego e tranquilidade. Os roubos e tráfico de drogas ficam recorrentes, o número de moradores triplicou. Passamos a viver com medo, pois antes do complexo não se ouvia falar de violência, dormíamos de portas abertas. Foi uma transição radical de um contexto rural para uma realidade urbana.

O silêncio das grandes áreas verdes que circulam as casas de varanda concorre com o barulho dos caminhões-cegonha, caçambas e caminhões de containers que cruzam diariamente a localidade. A Prefeitura de Caucaia registra ali cerca de 5.000 habitantes que se dividem entre trabalhadores assalariados das indústrias e do Porto do Pecém (SANTOS, P.2. 2013)

Mesmo vivendo na angústia e ameaça da segunda remoção da comunidade de Matões, continuamos seguindo e manifestando com animação nossa tradicionalidade e cultura, além do ritual do toré, conseguimos refazer e afirmar a Dança de São Gonçalo, que por muito tempo não pôde ser realizada.

A dança teve um forte papel na afirmação étnica, pois é constituída pela espiritualidade e a ligação territorial, envolvendo a força ancestral, fé e proteção. Para nós é uma herança passada de geração a geração. No ano de 2008, recebemos o Prêmio Culturas Indígenas – Edição Chicão Xucuru, do Ministério da Cultura.

Com a verba recebida do Prêmio Cultura Indígena no valor de 30 mil reais, construímos a casa de apoio do povo Anacé, fundada por muita coletividade, o espaço foi doado, e as famílias indígenas prestavam trabalho voluntário para a limpeza do local e construção. Estando

dividida em quatro quartos, as paredes ficaram sem reboco e não havia portas, mas era um espaço aconchegante e de referência.



Foto 2: Reunião da Casa de apoio Taba dos Anacé - Matões Caucaia Ceará, 2018

Prosseguimos com a luta e mobilizações para a permanência, mesmo com ameaças de demolição. Outro local revestido de caráter sagrado, é o Cemitério do Cambeba, que seria o próximo alvo para a destruição. Diante disso, continuamos com as mobilizações, pedimos a ajuda a todas as Aldeias Anacé, fizemos uma manifestação pública, que repercutiu nas mídias e um abaixo-assinado com 315 assinaturas, negando qualquer tipo de ação do CIPP naquele espaço.

Em decorrência desse episódio de manifestação, se recorreu ao Ministério Público Federal. A ação, à época, provocou a suspensão da desapropriação do cemitério (AIRES. P, 9. 2008)

À exemplo de outras mobilizações com o intuito de reivindicação de direito e permanência territorial, o povo Potiguara, da Paraíba, também passou por situação semelhante à nossa, marcada por conflito com industrial têxtil, de propriedade da família Lundgren. A reorganização da etnicidade Potiguara de Monte-Mór localizada nos municípios de Marcação e Rio Tinto, envolveu estratégia de permanência no território e solicitação a demarcação da terra.

Nas últimas três décadas a cidade de Rio Tinto experimenta um conflito social de amplas proporções que envolve disputas em diversos planos. Não é apenas a definição do controle do acesso aos recursos naturais e territoriais que está em questão, mas as próprias interpretações sobre a história da cidade e de seus habitantes que são revistas frente à uma nova configuração social de redefinição das vidas de pessoas e grupos. Esse conflito envolve, de um lado, os grupos industriais e patrimoniais hegemônicos na cidade (Companhia de Tecidos Rio Tinto e Usinas Miriri e Japungu) e, do outro, as famílias indígenas Potiguara das aldeias Vila Monte-Mór e Jaraguá, que reivindicam a demarcação da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór. (PALITOT, P, 191. 2017)

A interferência do empreendimento industrial no território indígena Potiguara inicia no ano de 1963 (século XX), a partir daí, prossegue a exploração das áreas naturais, foram derrubadas matas nativas substituídas por plantios de eucalipto. Boa parte das famílias indígenas ficaram sob domínio dos Lundgren, em função da necessidade de trabalho.

Nos anos 1980, com a expansão da lavoura canavieira na região, esse processo se acelerou, inclusive com remoções forçadas de famílias das terras que a Companhia havia transferido para as usinas (*Apud.* Palitot, 2005, 2015). Momento em que iniciou-se as mobilizações indígenas no município, todo o processo de enfrentamento protagonizado pelos indígenas Potiguara se assemelha ao processo Anacé, em função dos impactos de empreendimentos e de toda luta e resistência.

O trabalho produzido por indígenas Anacé na licenciatura intercultural dos povos indígenas do Ceará (2016), com o tema: A realocação do povo Anacé de Matões sobre o olhar dos mais velhos, expressou qual a percepção de nossas memórias vivas, as ameaças da segunda remoção, e quais os impactos causados com a desterritorialização para as famílias.

Quando este domínio territorial se dá através da cultura, esta ligação fica muito mais forte no Indígena. Para os Anacé essa ligação é clara, pois oito idosos entrevistados, falam em uma pertença a essa localidade e não o contrario, como pensa e age o homem branco, alegando ser o dono da terra. O Indígena Anacé diz: “Eu sou daqui, eu nasci e mim criei aqui, neste lugar” (UBAIA, 72 anos), o sentimento de pertença á terra é maior do que o de posse da mesma, criando para este Povo uma referencia para a construção da sua própria identidade como Indígena. (NOGUEIRA, NOGUEIRA, SOUZA, P, 42. 2016)

Os autores utilizam o termo de desterritorialização no trabalho realizado, como um processo de mudança de espaços de sentimento afetivo para os idosos de nossa comunidade, demonstrando a ligação de identidade com a Mãe-terra. Já o conceito que utilizo, o de remoção, está diretamente ligado ao aspecto físico de mudança de um local para outro.

É notório o sentimento de perda e medo para adaptar-se a uma nova área, já que sabem onde encontrar erva dentro do território, sabem onde então enraizados. É nos idosos que encontramos a força da tradição e cultura, são nossas raízes. Neste caso específico, o sentimento de perda é maior ainda, pois não representa somente o sentimento de prejuízo material, envolve também a perda ancestral. (NOGUEIRA, NOGUEIRA, SOUZA. P, 44, 2016).

2.2. Território e Mobilização: a Chegada das Indústrias na Aldeia Indígena Anacé

“Na nossa mata ainda tem jurema preta e sabia, só não tem pena de arará pra enfeita nosso cocar”. (canto indígena)

O processo de implantação e expansão do CIPP representa o crescimento e “desenvolvimento” do Governo Federal, estando em disputa com a mobilização Anacé, junto com os órgãos indigenistas. O complexo Industrial localiza-se no limite entre o município de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, área metropolitana de Fortaleza, aproximadamente a 3km da aldeia Matões, provocando impactos, que envolvem diretamente a população tradicional residente e adjacente.

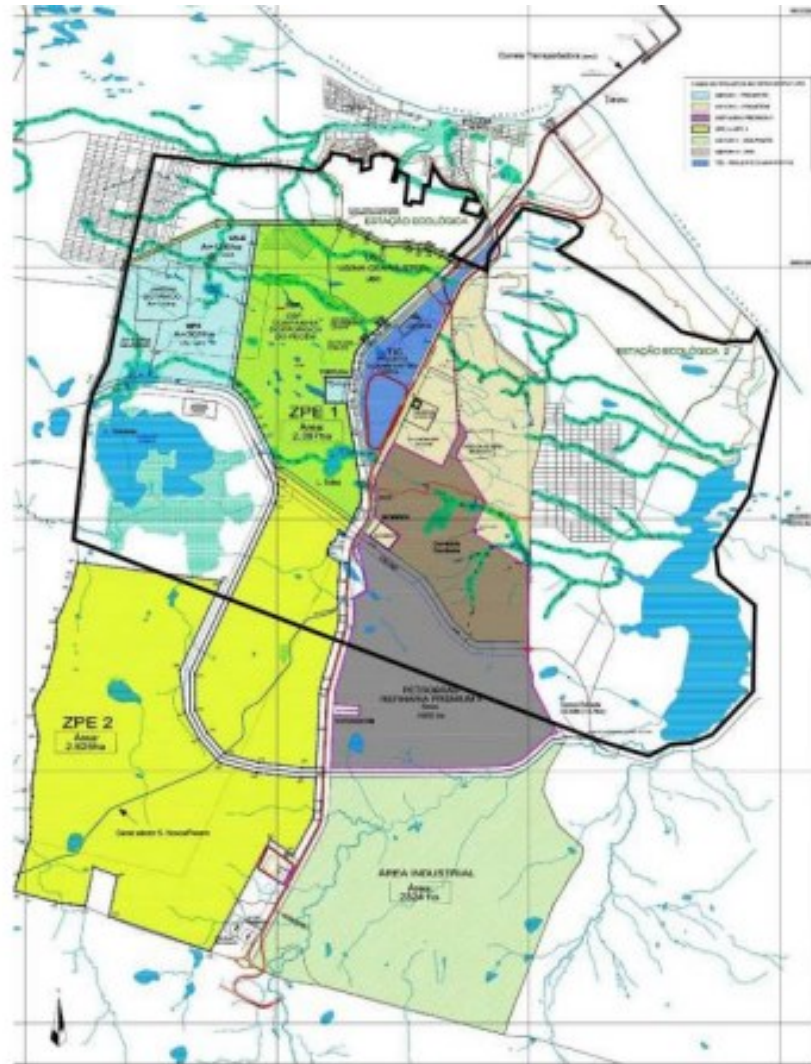
O segundo momento, por sua vez, iniciou-se através do Decreto nº 28.883, publicado no Diário Oficial do estado do Ceará, no dia 18 de setembro de 2007. Nele, declarou-se como sendo de utilidade pública uma área correspondente a 33.500 hectares de terra para ampliação do CIPP. Nesse contexto, as famílias Anacé, que permaneciam resistindo ao desenvolvimento industrial, seriam obrigadas a saírem de suas terras novamente.

Em 2008 teve o início um novo levantamento feito pelo o Idace⁶ na comunidade de Matões, para a execução de novas desapropriações visando uma segunda remoção para a ampliação do CIPP. Isso fez com que nossas lideranças procurassem o MPF, e apresentassem a necessidade da regularização da TI Anacé. Com base nas demandas feitas pelo movimento indígena Anacé, o MPF realizou um parecer técnico nº 01/08, pela recomendação nº 59/08.

Com base nas demandas formuladas pelas as lideranças indígenas e do parecer técnico [...], instou que a Procuradoria do Governo do Estado do Ceará suspendesse as atividades visando á desapropriação de terrenos na área dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia situada em polígono, até que se realizem os estudos de identificação e delimitação da terra indígena Anacé. (TÓFOLI. P,12. 2012)

O parecer técnico para além de demonstrar a área impactada causada pela ampliação do CIPP demonstrou as alterações e destruição ambientais causadas pelo Complexo. Porém, as obras para a ampliação continuaram a acontecer no nosso Território, logo que ainda não estava demarcada. O mapa a seguir mostra as localidades afetadas.

⁶ Instituto de desenvolvimento agrário do Ceará



Mapa 2: Plano Diretor do CIPP. Parecer Técnico n. 01/08/MPF-CE⁷

Durante esse período, permanecemos unidos lutando pelo processo de demarcação do território Anacé. “Continuamos remando contra a maré”, para a permanência da comunidade de Matões, junto com o movimento indígena do Ceará, na realização de Assembleias e Seminários.

As mobilizações giraram em torno de ações junto ao Ministério Público Federal, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e FUNAI, reivindicando a criação de um GT (Grupo de Trabalho) para estudo de identificação e delimitação da terra indígena Anacé, a regularização passa a ser considerada pelos empresários como o principal entrave para a instalação da Refinaria e sua ampliação.

A própria modificação da agência política desses atores é sentida intimamente nos regimes do imaginário narrativo do grupo, na reprodução da história recente e antiga de emergência política e na revitalização e projeção de um novo senso de administração de um território. (ALENCAR, P, 33. 2013).

⁷ Área de aproximadamente 11.688 hectares.

No ano de 2009 a recomendação do MPF é atendida, para a realização de estudo preliminar correspondente a primeira etapa para a regularização fundiária Anacé. Com o parecer positivo desse GT, a FUNAI prossegue a realização de outro estudo, desta vez antropológico, que foi realizado em três momentos durante o ano de 2010.

O laudo final não reconheceu o território de Matões como terra tradicional, apenas reconheceu que ali viviam famílias indígenas.

Com a apresentação da segunda remoção, com a proposta de ampliação do CIPP, que desta vez a aldeia Matões seria impactada e removida por completo. Diante de todo esse cenário, começamos a travar uma batalha contra o governo do Estado do Ceará, entendendo que nossos direitos estavam sendo violados mais uma vez.

Diante de todas as violações de direito que passamos, estando inserida nessa parte desses processos, quando criança acompanhei algumas visitas do GT às famílias na Aldeia, não negamos todo o sofrimento e modificações sofridas por conta do CIPP, levando isso a esse não “reconhecimento” da terra tradicional, que nos negou a demarcação de terra.

Lembro-me que a aldeia ficou em uma tristeza com a conclusão do laudo produzido, não nos dando a autorização do acesso do trabalho completo. Foi anulado o pedido de demarcação da TI Anacé de Matões, “uma batalha foi vencida, mas não a guerra toda”. Assim as possibilidades para a ampliação do complexo aumentaram, já que estava “livre” do processo de demarcação da área indígena.

A antropóloga Ana Lúcia Tófoli, acompanhante do GT de identificação e delimitação TI Anacé, descreve a disputa territorial entre o CIPP e as populações tradicionais. Dando ênfase no processo político e econômico envolvente ao território Anacé, como exposto:

A pressão política baseada em reeleição econômicos em cima da questão Anacé é incontestável. No período dos trabalhos de campo do GT de 2010, estavam ocorrendo o processo eleitoral para o Governo do Estado e Presidência, no caso, a recandidatura de Cid Gomes para Governo do Estado e a candidata Dilma Rousseff para Presidência. A promessa de construção da refinaria do Pécem foi bastante evidenciada na plataforma política da campanha para a reeleição do Governador Cid Gomes, obas essas, articuladas ao PAC, que por sua vez foi um dos pilares da campanha de Dilma. Após as eleições, em dezembro de 2010, o Presidente Lula veio a Fortaleza para visitar a refinaria e reafirmar o interesse do Governo Federal em levar adiante sua intenção, á revalia do estudo do GT estarem em andamento e de nem um posicionamento formal de ter sido apresentado pela a FUNAI até aquele momento. (TÓFOLI. P, 16. 2012)

A construção da refinaria serviu também para potencializar a campanha política, sendo envolvente de estratégias e jogo político para a concretização do projeto. Em 2011 a Petrobras recebe a autorização para construção da refinaria, do presidente da FUNAI e comunicado pelo ofício 333\PRES, elaborado pela antropóloga coordenadora que produziu o trabalho sobre a TI Anacé.

As audiências públicas e reuniões junto com as lideranças Anacé continuaram a acontecer. Já que a TI Anacé não se configurava mais como terra tradicional nos termos da Constituição Federal. Assim, iniciaram-se novas reivindicações para a realocação das famílias Anacé para outra área, já que não restava outra opção a não ser aceitar a segunda remoção, essa seria a única opção de permanecer as famílias Anacé de Matões juntas.

A atuação do MPF foi crucial no processo de negociação do território. No dia 12 de setembro de 2007 ocorreu a primeira reunião com a proposta da construção da Reserva indígena para as famílias atingidas, como apresenta Dr. Sergio Brissac:

Reunião na Procuradoria da República no Ceará, realizada a partir de convite do MPF, com o procurador regional da República, Francisco Macêdo, o procurador-geral do estado do Ceará, Fernando Oliveira, liderança Anacé, representante da FUNAI e da Petrobras. Proposta dos Anacé de constituição de reserva indígena. Disponibilização para o MPF do Relatório Preliminar Parcial de Pesquisa, do GT de identificação e delimitação. (Apud, OLIVEIRA. 2015. BRISSAC, P, 302. 2015).

Daí em diante o processo jurídico para a construção da Reserva indígena Anacé teve início. A Presidente da FUNAI, Marta Amaral, assinou a portaria que deliberava o GT para a realização dos estudos para determinar a área que seria destinada à Reserva, no município de Caucaia, e o trabalho realizado teve acompanhamento das lideranças Anacé.

Em novembro de 2013 realizou-se um evento em Fortaleza para assinatura do termo de compromisso referente à construção da Reserva Indígena, com a presença das lideranças Anacé juntamente com a Presidente Dilma Rousseff, Governador Cid Gomes e representantes da Petrobrás, MPF e FUNAI. No discurso presencial, na solenidade de assinatura de termo, há uma referência ao longo caminho de negociação até concretização do acordo: a decisão de instalar a refinaria Premium II. (BRISSAC, P, 289. 2015)

Em 2014 tem início a concretização da construção da Reserva Indígena Taba dos Anacé. Todo o processo de desterritorialização, tristeza, e angústia se inicia novamente. Até então, a expectativa girava em torno das condições de vida e adaptação à nova vida na reserva, sem se saber se a nova terra seria boa para plantação de árvores que dão frutos como na antiga morada. Afinal, como saber se não se tem vivência com o novo ambiente de morada? A terra tradicional continua sendo, pelo menos por agora, aquela que vivemos a vida toda, pois para se adaptar ao novo lugar levará tempo até que se possa “replantar” e “refazer” as referências que acionam costumes e tradições.

2.3.PESQUISA ENGAJADA: PROCEDIMENTO METODOLOGICO DA INVESTIGAÇÃO

Neste tópico apresento a metodologia e os instrumentos de produção de dados da pesquisa. Tendo como critério o processo de reconstrução e reconstrução das famílias Anacé, na Reserva Indígena Taba dos Anacé- Caucaia, Ceará. Assim, fica evidente o aspecto singular deste trabalho para com as discussões no campo antropológico produzido de forma engajada com as vivências e a proximidade com a temática a partir da minha realidade como indígena do povo Anacé de Matões- Caucaia CE.

O indígena e antropólogo Felipe Cruz Tuxá (2017), no texto: *Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade*, descreve sua inserção indígena no ensino superior relacionado com a sua trajetória pessoal, manifestando a alteridade exercida na antropologia. A universidade é um espaço epistemológico, mas atualmente o curso é ocluso para outras formas de conhecimento.

Minha experiência tem mostrado que a busca por ensino superior para muitos indígenas tem sido, em boa medida, impulsionada não somente pela busca de melhores condições de vida, mas também pelo intuito de se fazer ouvir, de tentar falar de dentro da universidade e também, quando necessário, a partir dos códigos de conhecimento dos brancos. Isso porque a história das relações interétnicas já mostrou que falar de outra forma ou não é considerado legítimo ou é validado como inferior. (CRUZ, P.5. 2016)

O autor desempenha a reflexão sobre o mundo acadêmico e a importância das autorrepresentações indígena no campo científico da antropologia. Ponderando relações entre a produção científica e o campo pesquisado, que nos dá oportunidade de falar de nós mesmo.

O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1991), apresenta que a pesquisa antropológica segue tradicionalmente a perspectiva da hermenêutica ou a relação sujeito/objeto. Segundo o autor, é preciso considerar a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado, que compartilham de um mesmo universo de experiências humanas” (DAMATTA, 1991: 23). Desse modo, a etnografia é marcada pelo distanciamento entre o sujeito da pesquisa e observador, contudo, a que pretendo produzir versará sobre outro lugar, especificamente, aquele da pesquisadora nativa. Isso se constitui em um novo desafio para a antropologia e para os sujeitos que se dispõem nessa empreitada.

Uma menção importante à pesquisa etnográfica é a do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, a qual ele descreve a etnografia em três momentos: Olhar, ouvir e escrever no exercício da atividade, a pesquisa empírica e interpretada conduz aos resultados obtidos.

Assim, procurarei indiar que enquanto no olhar ouvir “disciplinados” –a saber, disciplinados pela disciplina- realiza-se nossa percepção, será no escrever que o nosso pensamento exercitar-se-á da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social. (CARDOSO, 1994, p, 21)

Minha pesquisa de campo está relacionada a observação e participação para analisar o mesmo ambiente empírico em que estou inserida, cumpre-se o exercício de compreender as dificuldades ligadas a construção e reconstrução das famílias indígenas da aldeia Matões.

Dessa perspectiva se fundamenta a necessidade que os sujeitos cientista-militantes têm de intervir nas questões sociais, através da academia, sobretudo por ideologias próprias das vivências culturais. Para isso, é necessário compreender conceitualmente o significado da pesquisa engajada:

O processo de engajamento envolve o contato com a organização e a interação entre indivíduo e organização para a produção do engajamento, pois, para que haja engajamento, são necessárias disposições anteriormente construídas durante o processo de socialização e a identificação da pessoa com a organização. O indivíduo precisa ter contato com a organização, seja por um processo direto -mediante a um recrutamento- ou indireto por meio da mediação de alguma pessoa próxima. (RUSKOWSKI, SILVA. 2010)

Portanto, importa depreender que, os impactos ocasionados pela chegada das indústrias para a identidade dos povos Anacé foi o principal motivador para a construção deste trabalho. Primeiro pelos prejuízos que esse fenômeno traz para a dimensão material dos povos; segundo pela importância central do território na configuração sociocultural Anacé, tendo em vista que a terra está para além da perspectiva de desenvolvimento, visto que a mesma é fundamental para os costumes, tradições, crenças e sentimentos desse povo.

O procedimento utilizado neste estudo foi o descritivo qualitativo utilizando entrevistas, a qual possibilitou relatar a realidade social dos sujeitos, paralelamente ao trabalho etnográfico, usado como ferramenta de investigação. Contendo um roteiro de perguntas que contribuíram para a construção das narrativas sobre os processos das remoções, tais como as lembranças e sentimentos causados: origem territorial, social, econômica e políticas.

Assim sendo, para se cumprir o objetivo do trabalho, optei pelo o método qualitativo, sendo crucial nas relações, como descreve Minayo:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo, sentem e pensam. [...], as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigação de grupo e seguimentos delimitados e focalizados, de história sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análise de discursos e de documentos. Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvela processos sociais ainda pouco conhecido referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela a empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo de estudo. (MINAYO,P, 5. 2014)

A metodologia de pesquisa está ligada ao modo como penso e sistematizo o trabalho. Meu objetivo principal é entender o olhar das famílias sobre a realocação do ano de 2018 para a Reserva Indígena Tabas dos Anacé. Ficando assim atenta as mudanças de voz, ao choro, ao

sentimento envolvido durante as falas e as repetições sobre o sofrimento de deixar a aldeia Matões.

Estando assim ligada as narrativas históricas do Povo Indígena Anacé, buscando demonstrar as marcas imprevisíveis na vida das famílias. Cabe salientar que o diário de campo foi uma importante ferramenta para a organização da discussão, facilitando este trabalho.

A minha ida a campo, já que me encontrava estudando na Bahia, foi fundamental para realização das entrevistas e diálogos com as famílias, proporcionando a prática do que adquiri durante o curso de bacharelado em Ciências sociais. Para além das perguntas que elaborei, encontrei novos desafios a serem discutidos e relatados pela maioria dos participantes, pontos importantes que se fizeram parte da escrita. Mesmo possuindo familiaridade com os sujeitos, me deparei com percalços na realização das visitas, foi necessário marcar e remarcar conversas, pois os participantes tinham os seus compromissos.

Assim, mesmo sendo “nativa”, pude experimentar a alteridade e a experiência da etnografia mesmo estando realizando pesquisa com o meu próprio povo. O exercício de deslocamento provocado pelo fato de estar estudando fora há quatro anos, também foi importante para pensar e elaborar as questões que formulava para os meus entrevistados, bem como desnaturalizar questões que eu poderia julgar muito familiares. Assim, realizei uma pesquisa engajada, ao mesmo tempo em que vivenciei o distanciamento.

3 – Toda muda murcha: um olhar indígena sobre a percepção das famílias Indígenas

“Quando entrei a mata a dentro fui pegar beija-flor, peguei o meu azulão preto meu canarinho vouu” (Canto Anacé)

Neste tópico serão discutidos os marcadores simbólicos das famílias Anacé de Matões frente as mudanças com a chegada das indústrias até a segunda remoção de 2018. Manifestando a remoção para Reserva Indígena Taba dos Anacé e o processo de construção física deste novo espaço. Abordando assim, minhas construções práticas de pesquisa realizada a partir das conversas com as famílias da comunidade.

As famílias indígenas a qual entrevistei/conversei relataram de forma expressivamente negativa, as modificações ocasionadas na comunidade com a chegada das indústrias no território. Um dos principais cenários apresentados posteriormente ao “desenvolvimento” foi um aumento significativo da violência e a destruição ambiental na comunidade de Matões.

Antes se vivia de forma tranquila, a sobrevivência se dava a partir do caçar, plantar e pescar. Quando a excussão do CIPP iniciou-se acabou toda riqueza do povo, e isso foi bastante evidente durante as entrevistas, assim também como foi destacada a saudade de como se vivia antes da chegada das indústrias, como diz seu Antônio Adelino:

“Foi aparecendo essas indústrias os ricos entrando invadindo, sabido dos outros estados entrando no lugar e foi acabando com aquela riqueza que nós tinha, aquele lugar rico foram tomando e até como hoje em dia ainda tão tomando” (Adelino, 74 anos.).

Assim, as transformações afetaram diretamente o sustento das famílias. A produção que era realizada pelo que a natureza oferecia, agora se apresenta distante da nova realidade. A maioria dos pais de família eram analfabetos e não conseguiam emprego pois precisariam de um grau de escolaridade para prestarem serviço nas empresas. O sistema do CIPP e sua ampliação não foi criado para os moradores da comunidade, os maiores números de funcionários são de outras localidades.

Com o início das construções, as pessoas tinham ilusão que a situação de vida iria melhorar, mas na prática a realidade ocorreu diferente. lixo, poluição e segurança foram problemas que anteriormente não eram comuns no espaço. “Aquilo que é bom a gente se adapta rápido e aceita, agora aquilo que é ruim a gente nunca aceita”. Para além de todas as mazelas causadas, sucedeu-se também as manifestações espirituais, causada por toda destruição nas matas.

Matões era uma região bastante privilegiada, tem um córrego, árvores, muita fruta e em sua maioria foram eliminados. Um desses episódios foi ocasionado para passar o eixão das

águas⁸, que destruiu os córregos com as escavações que devastaram a terra. Momento dolorido para as famílias ao ver todos os estragos, tendo como consequência a ausência agrícola na terra, tornando-se ruim para o cultivo.

Todas essas transfigurações na terra Anacé que fizeram parte da segunda remoção da aldeia Matões, envolveram psicologicamente alguns “trancos velhos” (idosos), que tiveram o emocional abalado, ocasionado pelos momentos de tensão e insegurança em saber que teriam que deixar tudo para trás e iniciar um processo de adaptação. Nos relatos são visíveis as marcas das mudanças, já que os mesmos fizeram parte dos dois processos de remoção.

Desse modo, a narrativa social sobre a vida e configuração cultural do povo Anacé ajuda a compreender como esse deslocamento territorial impactou as mais variadas dimensões dos sujeitos, se caracterizando na perspectiva socioambiental, cultural e política.

Assim, é possível perceber que não se trata simplesmente de mudanças, o que se vê é verdadeiramente uma complexa e violenta ação contra o povo Anacé, que nos exigiu novas estratégias de organização, a fim de reduzirem os danos causados pelo fenômeno da chegada das indústrias, especialmente na segunda remoção.

Para as famílias Anacé a terra é a principal herança de que dispõem, e umas das nossas maiores riquezas. Passadas sempre de pais para filhos, é o único bem material e afetivo que tem e é também a principal fonte a ser compartilhado entre filhos e netos. Desse modo, a nova moradia é também uma estratégia de manter as famílias unidas no mesmo território, possibilitando a continuação desse vínculo afetivo.

A Reserva Indígena, construída para abrigar as famílias após a segunda e completa remoção, está localizada no município de Caucaia, no Bairro Alto do Garrote, com distância de 23 km de Matões, com cerca de 540 hectares de terras, uma área menor ao que se vivia, com o valor que custou 30 milhões aos cofres públicos, dividido entre governo do Estado e Petrobrás. A construção iniciou-se no ano de 2014.

A inauguração do novo lugar ocorreu no dia 6 de fevereiro de 2018, com representações das 14 etnias do Ceará, juntamente com os órgãos que acompanharam esse processo. A Reserva possui 163 casas, 1 escola e 1 posto de saúde, e foi construída para acolher as famílias das aldeias Matões e Bolso.

⁸ O Eixão das Águas é um conjunto de obras composto por uma estação de bombeamento, canais, adutoras, sifões e túnel que realiza a transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Fortaleza (RMF), Fortaleza (RMF), reforçando o abastecimento, em uma extensão de 255 quilômetros, inclusive na RMF e no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. (Agencia de Desenvolvimento do Estado do Ceará - IDCE)

Segue a foto panorâmica da Aldeia Matões, na Reserva Indígena Taba dos Anacé:



Foto: Arquivo do CIPASAC, 2018

Vale ressaltar que as famílias da comunidade de Bolso tiveram as casas demolidas, a comunidade de Matões ocorreu um outro sistema, as casas ainda estão intactas pois momentaneamente os espaços não estão sendo utilizados, e boa parte da população ainda tem se deslocado para a Reserva.

Após a mudança para a reserva Indígena Taba dos Anacé é perceptível que levará algum tempo até conseguirmos organizar como tínhamos no território original. Duas mulheres entrevistadas se emocionaram ao contarem suas relações e experiências com as hortaliças de Matões, o que é perceptível que sentem falta do que ficou. Demonstrando que está para além do afeto ao espaço físico.

Os elementos culturais Anacé também foram afetados. Tínhamos nossos costumes, práticas culturais produzidas pelas comunidades que, em nossa nova moradia ainda estamos nos familiarizando com ambiente. Os rituais ainda não acontecem com a mesma intensidade que tínhamos, mas se entende que estamos inseridos em uma nova realidade.

A socialização entre as famílias contribui para o desempenho conjunto de todos, a desterritorialização é vista entendendo que a mudança possibilitou permanecermos juntos em um ambiente a qual ganharemos vínculos conjuntamente.

Conforme os indígenas Anacé residentes na Reserva, escutei repetidamente a frase: *toda muda murcha*, foi algo que me causou curiosidade para saber o significado para eles. Ao perguntar a definição tive respostas repletas de sabedoria: “Na nossa mudança dos Matões para

Reserva murchamos, porque no nosso antigo lugar tínhamos de tudo um pouco, árvores, frutas, tínhamos a nossa liberdade, e aqui nós chegamos em uma nova área sem nada, somente com a casa e muito trabalho para fazer” (Nilma, 2018).

Nos depoimentos, a expressão de sermos *mudas murchas* remete a mudança de Matões para a Reserva, estando relacionado a difícil situação que nos encontramos, mas que vai passar rápido, pois estamos plantados na nova terra, e iremos alcançar novamente nossos laços simbólicos. Todos os participantes evidenciaram que todas as reestruturações só estão sendo possíveis com a união dos moradores, sendo essa a sustentação da resistência para reconstruirmos.

É presente o sentimento de saudade, mas se é transmitido que os realocados tem sabedoria e força dos encantados que impulsionam, tornando o cenário mais agradável a adaptação das famílias. A mudança física movimenta a qualidade de vida dos sujeitos, mas em nenhum momento escutei alguém querendo desistir e voltar para Matões. “Viemos para uma reserva indígena onde só tem casa e mata, mas estamos bem que temos todos com nossos parentes, nossas famílias, estamos resgatando a tradição e a cultura Anacé”. (Valdeci, 2018).

3.1. Desterritorialização, impactos e significados

“Na minha cadeira velha de cipó na minha cadeira velha eu quero estar”. (Canto Anacé)

Diante do que foi apresentado anteriormente, é explícito as destruições causadas nas vidas das famílias nos dois processos de remoção. Os retrocessos culturais a partir da efetivação e ampliação do “desenvolvimento” CIPP, deixou marcas irreparáveis para os indivíduos que foram arrancados de suas terras.

Assim, Matões continua sendo a nossa base de referência tradicional, que mantém as nossas relações simbólicas com a terra. Os saberes ancestrais são transmitidos através dos ensinamentos que permitem a formação cultural do povo Anacé. Como diz o nosso tronco velho Antônio Adelino “as matas que nos dão a ciências”, é essa ciência dos encantos que nos guia. Nossa ligação com a natureza em Matões foi transformando-se ao longo da construção das indústrias dificultando a conexão com os encantamentos.

A Reserva Indígena é vista como uma terra desconhecida, onde a sabedoria da nova moradia será adquirida com a intimidade com o lugar, é enfatizado pelos removidos que o espaço onde eles foram plantados é onde contém o conhecimento. Aos idosos que já

tombaram/faleceram como minha avó não identificamos em qual espaço está encantada, pois nasceu e se criou em Matões, e seu falecimento ocorreu na Reserva Indígena Taba dos Anacé.

Nesse um ano e alguns meses passamos por processos espirituais, aprendendo novamente onde podemos ou não podemos pisar nesse chão, que para nós é novo. As mudanças que ocorreram espiritualmente atingem o povo culturalmente, as famílias que colaboraram com a pesquisa discorrem que sentem falta da liberdade que tinham, “minha liberdade de lá, da minha vida, é o que mais eu sinto”, (Aristides, 2018).

Com o regresso do CIPP resistimos com muita luta, acompanhada de insegurança e choro por não sabermos o que seria do nosso futuro. A Reserva Indígena Taba dos Anacé foi conquistada com muito esforço e persistência do movimento indígena Anacé, as famílias não se referem a nova terra como uma troca de moradia, já que fomos quase obrigados a sair de lá, pois as terras seriam utilizadas pelas indústrias.

Alguns dos locais que ficaram em Matões precisaram ser destruídos, mesmo sem serem indenizados. Com o deslocamento das famílias para a Reserva as casas ficaram sem moradores, conseqüentemente iniciaram-se os roubos, como aconteceu na Baixa das Carnaúbas, na casa da dona Lucimar e seu Luiz, levaram todos os objetos de fácil acesso, telhas, pia e portas, entre outras coisas. Hoje só resta lembranças de um lugar que um dia trouxe muitas felicidades para seus filhos, netos e bisnetos.



Foto: Rute Anacé, Baixa das Carnaúbas - Matões

A terra das famílias que residiam em Matões em sua maioria são de herança, algumas delas que existem lá estavam na oitava geração. Todos os entrevistados dizem que não existe

dinheiro que pague toda a riqueza que existia lá, temos a terra como raiz nos sustenta e não é fácil desvincular. Existem famílias Anacé que ainda moram lá, e ficam se deslocando para a Reserva para não se desvincular do povo.

Os indígenas sentiam medo da mudança mesmo sabendo que estava próximo, ninguém nunca esteve preparado para mudar do território tradicional para dentro da Reserva indígena. As lideranças ficavam receosas, pensando como seria essa mudança para os troncos velhos de Matões se acostumarem. Como enfatiza a liderança Júnior: “Algumas pessoas sentiram muito? Sim sentiram! Mas tem pessoas que ficaram muito feliz, que diz que vive no céu comparado a Matões, mas os idosos falam que mais antes ir morar lá, que choram com saudade”. Sentimos muito por deixarmos aquele pedaço de chão, principalmente as plantas, árvores e os frutos. Como segue a imagem a seguir:



Foto: Rute Anacé - Matões, 2018

Nas conversas produzidas se percebe o sentimento das famílias por terem “abandonado” Matões, em razão da distância de não poderem estar presente cuidando como antes, plantando, colhendo suas frutas e mantendo limpo seus terrenos.

A convivência entre o povo em Matões era de muita alegria, as reuniões eram feitas nos quintais dos indígenas, as noites culturais tinha forró e comida típica compartilhada pelos indígenas. Para os Anacé as três danças existentes que possuem atribuições significativa para cultura e costumes, 1. Dança do São Gonçalo que vem passando pelas gerações, 2. Toré que é dança constituída pela espiritualidade com a natureza, 3. Cocô Anacé, realizada pelos moradores e indígenas que moravam na beira da praia, contendo nossas músicas representativas.

Na mudança para a reserva as práticas também foram impactadas, é dificultoso a realização de encontros e festividades, como os moradores dizem: aqui não é como em Matões. Com a nossa organização estamos aos poucos tentando nos fortalecer uns com os outros na cultura.

A auto sustentabilidade nesse primeiro momento de adaptação tornou-se difícil, a nova terra possui outro clima, morávamos próximo a praia onde corria mais vento. O recente espaço é um ambiente de serra e sertão. Mais ainda assim, identifiquei no olhar dos entrevistados a esperança e felicidade de estar nesse novo ambiente com os parentes, deixando explícito que estão se esforçando para tornar o espaço agradável para o povo.

A antiga aldeia Matões se encaminha para ser integrada por inteiro para a utilização da Siderúrgica, como ocorreu antigamente nas outras localidades, deixando pouco espaço para as propriedades até serem usadas. A localidade ainda se encontra com alguns residentes indígenas e não indígenas, imprensados pelas empresas.

Todo o processo de mudança para a Reserva foi muito dolorido para as famílias, todos os entrevistados ressaltaram a importância de Matões em suas vidas, um lugar que viveram, criaram seus filhos, mas que tiveram que seguir para outra localidade. A desterritorialização é considerada como um prejuízo grande, não apenas ao espaço físico, mas todos os sentimentos vividos em Matões.

Mesmo com as perdas decorrentes da transferência para a Reserva, os entrevistados falam positivamente que estamos juntos, e temos a capacidade de transformar a Reserva em território tradicional tendo como base a união. “Porque aqui tá todo mudo junto”. (Antônio Adelino, 2018).

3.2. Tabas, Roças e Lugares de Encantos: Reserva Indígena Anacé

“Eu dei um nó por cima das matas, eu dei um nó e tornei laçar, hoje aqui tem forte índio para trabalhar” (Canto Anacé)

O laço afetivo com Matões e as histórias Anacé estão sendo continuadas e recriadas na Reserva Indígena. Aos poucos o novo lugar está transformando-se em local de encanto e convívio das famílias Anacé, onde as casas, roças e matas estão ganhando formatos sagrados para os moradores, na mesma perspectiva da anterior.

Dentre as narrativas de perdas das famílias entrevistadas, os mesmos acreditavam que sentiriam dificuldade na adaptação na Reserva, porém transpassam que está sendo uma situação tranquila, que com o passar do tempo estarão habituados como diz o Srº Antônio Adelino “Acho que estou me costumando mais rápido do que eu imaginava”.

Os desterritorializados deixam em evidência que jamais será apagado esse episódio cruel de suas vidas. Toda a existência do povo Anacé de Matões após o acontecido encontra-se em construção, não iniciamos tudo do zero pois encontramos casas, escola e posto de saúde prontos, mas as questões políticas e econômicas estão em processo de organização.

As famílias que sobrevivem de agricultura de hortaliças se encontram com dificuldades para fazer o quintal na Reserva Indígena, nessa condição de plantar novamente tudo que tinham em Matões desencadeia a observação do chão que vai ser utilizado, o trabalho vai ser diferente por conta da peculiaridade da terra e do clima. Quem tinha suas coisas boas lá e mudou para vim para cá foi pelo amor que tem ao movimento, pelo o amor que tem um ao outro”. (Nilma, 2018).

A agricultura para algumas famílias é o principal meio de sustento, aos poucos o espaço encaminha-se para a realização do cultivo, alguns pais de famílias se dirigem três vezes na semana até Matões com distância de 22 quilômetros da Reserva Indígena, dando continuação ao ganha-pão, até conseguirem produzir suas plantações na Reserva. Como situa Antônio Alexandre:

O projeto de vida assim com relação a agricultura ficou lá em Matões, aí eu chago aqui agora fico analisando construir alguma coisa, que praticamente eu não vou nem desfrutar, não vou usufruir muito do que eu construir na Reserva. Não quer dizer que eu não vou construí nada, agora assim o solo aqui é diferente o clima e diferente, tudo aqui é diferente o jeito de trabalhar aqui vai ser diferente, a gente ta estudando todas essa situação.

Os moradores da Reserva dispõem-se do processo de reconstrução do plantio coletivamente entre os indígenas. O projeto de Monitoramento de Ações e Programas Prioritários - MAPP realizado pelo o Governo do Estado do Ceará, possibilitou a cada família o valor de dois mil e quinhentos reais para fazer algum reparo na casa ou construir. A segunda

parte da execução está direcionado um outro valor para as famílias que trabalham com as hortaliças. O intuito é continuar as atividades que tinham em Matões.

A prática da agricultura do povo Anacé residentes na Reserva iniciaram-se nos quintais, contribuindo para que os moradores se reencontrassem no novo solo, no contexto em que as roças fazem parte da tradição. Enquanto se organiza no novo ressurto, algumas famílias iniciam suas hortas no pequeno espaço em torno da casa.



Foto: Rute Anacé, Reserva Indígena Taba dos Anacé, 2018

As famílias evidenciam que continuar com os costumes em uma nova terra remete novos aspectos e dilemas. As farinhadas ainda não estão sendo realizadas, mas futuramente será construída a casa de farinha comunitária para as famílias darem continuidade a prática cultural Anacé. Os indígenas entrevistados dialogam que não deixaram para trás seus afazeres. Algumas pessoas trouxeram de Matões os tijolos feitos de barro para efetuarem o ritual de bolos, tapioca, feito na quinta-feira santa momento simbólico entre as famílias de partilha e trocas de alimento e experiências.

Além da construção dos quintais individuais, existe um processo de reconstrução coletiva das matas, que sucede em mutirão dos indígenas como iniciativa dos nossos troncos velhos, que tem significativa influência no processo de organização e criação dos novos

caminhos. Sr. Chico Geraldo contou, com muita empolgação, como está acontecendo o processo de construção. “Eu aqui tenho andado nas matas, tem dia que eu saio aqui sozinho, eu saio assim tem um caminho acular, eu atravesso! Eu ando essa mata todinha, pego uma linha que sai lá dentro do Bolso. Um dia desse comecei a abrir uma vereda e fui até lá o pé do arame, tenho andado muito nessas matas”.

Através dos relatos percebo como tem sido difícil, mas ao mesmo tempo significativo para as famílias esse processo de reconstrução, onde os mesmos, apesar dos pesares, demonstram o carinho e cuidado que estão formando a nova terra tradicional.

Em Matões utilizavam importante espaço para cultivo de ervas, que eram geralmente utilizadas para fins medicinais, no preparo de banhos, chás, xaropes, bebidas, e em pequenos rituais. As matas da Reserva Indígena dispõem de plantas medicinais, como quinquina, casca pau darco, e outras que ainda estão sendo descobertas. As árvores sagradas como Jurema também são encontradas, os terreiros sagrados estão sendo limpos para a realização dos rituais sagrados, a conexão com as matas e árvores estão sendo criadas.

Algumas mulheres sentem a separação das plantas medicinais que ficaram em Matões. Duas entrevistadas narraram que acordavam cedo e caminhavam até as matas para colher as plantas, para a produção de óleos, lambedores e garrafadas. No processo de mudança todas as plantas necessárias para as atividades serão plantadas na Reserva, mas ainda levará tempo para a amadurecer e utilizar.

A Escola Indígena Direito de Aprender do povo Anacé está realizando um papel significativo para a replantação de mudas nas áreas verdes da Reserva, realizada pela gestão escolar e alunos indígenas. As aulas de campo conduzidas pelos professores vão destacando a história da nova morada e a espiritualidade que está sendo criada junto às novas especificidades geográficas do lugar.

Os troncos velhos também participam desses momentos de trocas de experiências nas matas, a relação entre comunidade e escola mantém o fortalecimento do movimento político Anacé desde a construção da escola em Matões. Os momentos culturais que são produzidos contribuem para o processo de reconstrução e construção local, tendo como intuito repassar a cultura para as gerações futuras.



Foto: Professora Reginede, Reserva Indígena Anacé, 2019

No processo de reconstrução e construção do novo território Anacé, o acompanhamento da Educação diferenciada e a equipe de saúde Anacé estão contribuindo na interação e união entre as famílias. Os momentos sociais realizados no galpão (espaço de apoio) serve de terapia comunitária aos idosos da comunidade.

Aos poucos a Reserva está se transformando no lugar onde se nasce, morre e se vivencia momentos excepcionais. Lugar de tranquilidade e harmonia entre as famílias, tendo a terra como figura de Mãe, permitindo a cultivação das plantas. Nesse cenário, mesmo descolados tendo que fazer uma reorganização espiritual e material, continuaram com seus valores, independente do lugar ou especificidades enfrentadas.

3.3.Terra e Memória: Passado Presente e Futuro

“No pé da serra canta galo berra boi passa boiada, é ali que os Anacé estava com a aldeia encanta” (canto Anacé)

Falar sobre a nossa relação com a terra exige essencialmente as questões simbólicas que se desenvolveram a partir das vivências, lutas e resistências. Nesse sentido o território é

considerado como o bem mais precioso, é a nossa mãe que nos dá a vida. Matões foi uma comunidade que proporcionou muitos momentos e lembranças que jamais serão apagadas de nossas memórias.

O processo de construção e reconstrução na nova terra envolve fatores do passado tradicional específico do povo Anacé de Matões que, aos poucos estão sendo resgatados e ressignificados na nova morada. Cada família possui histórias que atribui valores simbólicos nesse processo que está se erguendo como tradicional.

Os troncos velhos entrevistados contam que independente do lugar a qual estejam, a história e identidade irão sempre acompanhar. Na Reserva Indígena os mesmos são nossa “biblioteca” viva, são valiosos contribuintes no processo de modificações nas matas com os conhecimentos e sabedoria de conduzir a adaptação, em quase dois anos muitas coisas modificaram-se.

Através das memórias é possível trazer um pouquinho da comunidade de Matões para a Reserva. As práticas culturais estão sendo executadas com a comunidade. É importante reconhecer que a Aldeia Matões foi o início de todo o movimento da etnicidade Anacé, e isso significa entender que o mesmo é um espaço de resistência e conquistas para o povo.

Considerando que Matões permanecerá nas memórias dos Anacé que vivenciaram tantos momentos bons, que serão transmitidos e lembrados com muito carinho. As memórias são vidas que dão continuidade a cultura e tradicionalidade. Nesse sentido as narrativas fazem-se essenciais nesse processamento de recriação.

Os entrevistados deixam explícito que território tradicional é Matões porque é a origem do conhecimento adquirido durante a vida. A liderança Júnior diz que “*tradicional é onde tem história, história dos índios Anacé*”. (Júnior, 2018). No entanto, as famílias deixam explícito que desde que se mudaram para esta nova terra estão refletindo sobre as transfigurações para fazer dela uma terra tradicional, também.

Uma nova história está sendo criada para as gerações futuras, os indígenas Anacé que nascerão na Reserva poderão dizer que esta é a sua terra tradicional, pois nasceram e criaram laços afetivos e representativos. Os quatros jovens que participaram da pesquisa, que nasceram dentro da luta, disseram que na vinda para cá, os que mais sentiram foram os idosos por terem toda a vida construída em Matões, mas para eles vão conseguir construir na Reserva o que ficou em Matões.

No processo de mudança os jovens ficaram mais próximos, destacam que juntos possuem mais forças para lutar, as práticas culturais como a produção de tinta de jenipapo

tornaram-se diversão, momentos que fortalecem a relação com o lugar, o que era dificultoso de ser realizado em Matões por conta da distância. Como enfatiza Gledson Anacé:

“Território tradicional eu credito que somos construímos de acordo com nossas vivências, de acordo com nossa cultura, nosso modo de interagir, porque a gente tá aqui junto ao um povo só, esse território tradicional vai se dando justamente nisso, nesse processo de convivência ele vai se formando a partir dessas relações”.

Dessa maneira, a juventude reconhece que a familiaridade com a Reserva Indígena e as práticas estão se tornando possíveis de serem executadas, através das memórias e ensinamentos repassados através da oralidade dos nossos troncos velhos. Como diz o ditado popular “aquilo que não é contado, não é lembrado”.

Uma das estratégias utilizada para o fortalecimento dos jovens é a participação das mobilizações no Estado do Ceará com outros parentes de outros povos, motivando e fortalecendo internamente a Articulação Jovem Anacé- AJA, que atualmente são vinte integrantes provendo noites culturais, reuniões, juntos contribuindo para a comunidade.

Uma parte dos jovens entrevistados tem um vínculo de trabalho dentro da comunidade, são professores da escola Anacé, outros estão no ensino superior. Mas todos possuem uma visão de futuro dentro da comunidade, atuando como jovens militantes e profissionais que usarão as técnicas em favor do movimento Anacé.

Os mesmos narram que a Reserva está se tornando local importante, onde já estão ganhando particularidades com o local. O pensamento dessas futuras lideranças traz o desejo de continuidade com a luta, trazendo as memórias e lembranças, criadas e vivenciadas em Matões pelas famílias residentes na Reserva Indígena Taba dos Anacé.



Foto: arquivo CIPASAC, Inauguração da Reserva Indígena Taba dos Anacé, 2018

As próximas gerações são nosso presente e futuro, nossa muda murchou na desterritorialização, mas se renovou e está crescendo mais forte. Aos poucos tudo vai se organizando e se transformando em lugar de encanto, pedimos a Tupã (Deus) muita força e coragem para prosseguir com nossos propósitos.

4 – Considerações Finais

A presente monografia buscou construir uma narrativa da construção e reconstrução das famílias Anacé, através da pesquisa engajada. A análise construída segue o caminho da realidade de quem viveu, e hoje, pesquisa. As ideias desenvolvidas promovem além de uma reflexão própria do povo Anacé, a denuncia das violações cometidas contra o povo Anacé.

Nesse modo, os pensamentos apresentados foram construídos através do olhar dos próprios moradores da Reserva Indígena Taba dos Anacé- Matões, que, instigados pela pesquisadora, descreveram com propriedade o processo de desapropriação e para além disso, as vivencias que tínhamos antes da chegada do CIPP.

Os impactos sofridos pelo povo Anacé com a instalação do porto e ampliação das indústrias no território, levando à desterritorialização foram responsáveis por um período de constantes embates, mudanças, tensionamento que, promoveu uma das maiores, senão a maior, violência simbólica para a dimensão cultural desse povo.

É evidente na fala dos indígenas as significativas perdas das crenças religiosas, roças e lugares de encanto que foram completamente destruídos pela referida ação. O sentimento de revolta e a tristeza por terem sido removidos do lugar em que residiam, enfatizaram as marcas indeléveis.

Assim, a possibilidade de desenvolver a minha visão reflexiva sobre os muitos aspectos que atravessaram a comunidade Reserva indígena Anacé, proporcionou-me uma escrita de descobertas, levando-me a compreender como a comunidade está se refazendo espiritualmente na nova terra, se reconstituindo no que parecia destruído.

Foi nessa arriscada e corajosa missão, que busquei de maneira justa realizar os procedimentos necessários, bem como construir uma narrativa do que encontrei em campo. Não foi fácil administrar esse duplo lugar que ocupei enquanto Anacé e pesquisadora. Mas em respeito aos meus ancestrais, aos encantados e no desejo de manter vivas as tradições Anacé, proferi aqui aquilo que era essencial, na certeza de que contribuí para manter viva a fogueira da resistência, que esquentou e esquentará as famílias Anacé por onde quer que vá. Mais uma etapa vencida!

Referências

AGUIAR, NETO, SANTANA, SOUSA. Rafaela Silveira, Pedro Vicente de Assis, Iara Vanessa Fraga, Valdênia Lourenço. **A Luta Anacé frente aos “imPACtos” industriais.** Graduando/as do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE e integrantes do Grupo de Resistência Ambiental por Outra(s) Sociabilidade(s). CEARÁ, 2010.

ALVES, ALVES, Raquel, Juliana. **MOVIMENTO INDÍGENA E A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NAS CONQUISTAS DE DIREITOS: Uma análise sobre as conquistas de direitos para os territórios indígenas através das mulheres na etnia Jenipapo-Kanindé: Violação de direitos indígenas no Ceará.** Adelco, 2019. 05maio. 2019

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **TERRA INDÍGENA E LEGISLAÇÃO INDIGENISTA NO BRASIL.** pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidade da Universidade Católica Dom Bosco –UCDB, que resultou na dissertação intitulada Poké'exa Ūti: o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local. Cadernos de estudos culturais. Volume 1. Numero 13, Campo Grande- MT. Abril de 2015.

AIRES, ARAÚJO, Maranhão Piorsky, Isadora Lídia Gonçalves de. **Os Anacé e a Refinaria Premium II: mobilizações étnicas e grandes projetos de desenvolvimento.** Fortaleza- Ce, 2010.

ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL COPRODUZIDO. ADELCO. Campanha Ceará indígena denuncia morosidade nos processos demarcatórios das terras dos Povos Indígenas do Ceará. Fortaleza: Adelco, 2017a. Disponível em: <https://issuu.com/adelco0/docs/dossi___campanha___cear___ind___g>. Acesso em: 10 abril.2019.

BARTH, Frederik. **Grupos étnicos e suas fronteiras.** Câmera Brasileira do Livro São Paulo, Brasil. UNESP, 1998.

BRISSAC, Sérgio Góes Telles; NÓBREGA, Luciana Nogueira. **Benedeiras Anacé: a Relevância dos Ritos de Cura na Emergência Étnica de um Povo Indígena do Ceará.** 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, 2010.

BRISSAC, Sérgio. Os embates da questão anacé: A atuação de antropologia na efetivação de antropólogos na efetivação de direitos territoriais indígenas no Ceará. In: PACHECO, João de oliveira, MOURA, Fabio, SILVA, Alexandra Barbosa. **Laudos antropológicos em perspectivas**. Universidade de Brasília: ABA, 2015. P. 281-306

CABRAL, SCHALLENBERGER, Ana Cristina Bochnia, Erneldo. **Território Indígena – É Preciso “Cercar” para Ser Reconhecido**. III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras), Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015. Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

CARDOSO, Eduardo Viveiros- **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é**. In: Entrevista à equipe de edição, originalmente publicada no livro Povos Indígenas no Brasil 2001/2005. Disponível em Acesso em: 11 abril. 2019

CRUZ, Felipe Sotto Maior. **Indígenas Antropólogos e o Espetáculo da Alteridade**. V Encontro Graduados. In: Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, em 13 de maio de 2016

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. FUNAI. Apresentação CR Nordeste II. Fortaleza, Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-nord-ii>>.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio Objetos, Memórias e etnicidade entre os índios Kanindé do Ceará**. Universidade Federal de Pernambuco Recife. 2012

Laraia, R. de B. – 2000 Terras Indígenas: 500 anos. Palestra apresentada em 23 de agosto de 2000 no Seminário do Departamento de Antropologia, UnB

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.2019

LARAIA, **O Território na Perspectiva das Dimensões Simbólicas, Culturais e Identitárias**.
ANTUNES, Ticiania de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto - que nunca existiu - extinguiu
uma população indígena que nunca deixou de existir. Aedos n. 10 vol. 4 - Jan/Jul 2012

LIMA, Antonio Carlos de. Prefácio – **nas trilhas das universidades: direito indígena e os
direitos dos índios no Brasil**. In: ARAÚJO, Ana Valéria (Org.). Povos Indígenas e a Lei dos
Branços: o direito à diferença. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 11-
15. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 3). Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154567POR.pdf>. Acesso em: 31 março. 2019.

LIMA, MARQUESAM, Felipe, Fábio. **Terras indígenas no Ceará: uma história de lutas e
resistência**: REBELA- Revista Brasileira de Estudos latino Americano, v.7, n.3. set./dez. 207

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos
indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
(Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1). 14 abril. 2019

MEDEIROS, Joselaine Brondani .**O índio brasileiro: de dono da terra à marginalização**.
Atividades de pesquisa relacionadas aos temas autoritarismo, violência, desumanização, crítica
social, intersecção entre Literatura, História, Sociologia.

MEIRELES; BRISSAC; SHETTINO, Jeovah, Sérgio, Marcos Paulo. **O povo Indígena Anacé
e seu território tradicionalmente ocupado**. Caderno do leme. Vol. 4, nº 1, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18
ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, NOGUEIRA, SOUZA, José Cleber, Lucilane Paulino, Angela Maria. **A
“Realocação” do povo Anacé de Matões sobre o olhar dos mais velhos**. Universidade
Federal do Ceará. Fortaleza- CE, 2016.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processos de Desterritorialização e Filiação
ao lugar: O caso da Aldeia da Luz**. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco - **Sem a tutela, uma nova moldura de nação**. O pós-constituição de 1988 e os povos indígenas: RASILIANA– Jornal for Brazilian Studies. Vol. 5, n.1 (Nov, 2016). ISSN 2245-4373. 20 abril. 2019

OLIVEIRA, João Pacheco de (org). 2011. **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa. P 714. 08 de maio.2019

OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, Territorialização e fluxos Culturais**. Conferência realizada no concurso para professor-titular da disciplina Etnologia, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever** . Revista de antropologia, vol. 39, nº 1, 1996, pp. 13-37.

PALITOT, Estevão Martins, Perícia **Antropológica Terra Indígena Potyguara de Monte-Mór**. Ação Oriunda nº 0000675-10.2009.4.05.8200 – destilaria Miriri x FUNAI e outros. Programa de Pós- Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

RUSKOWSKI,Bianca de Oliveira; SILVA,Marcelo Kunrath. **O processo de engajamento militante a partir do estudo sobre condições e mecanismos de engajamento**. GT 20 Sociedad Civil: Protestas y Movimientos Sociales, Porto Alegre, 2010

SILVA, Isabelle Braz, **Vila de Índios no Ceará Grande: dinâmica local sob o Diretório Pombalino**. Tese de doutorado- Universidade Estadual de Campinas. Campinas, fevereiro de 2003

SILVA, Isabelle Braz. **Povos Indígenas no Ceará: organização, memória e luta. exposição “Índios: os primeiros brasileiros”, Fortaleza. 2007.**

SANTOS, Potyguara Alencar. **Exumando corpos de índios: A emergência Anacé e os novos dramas étnicos e desenvolvimentistas no nordeste**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 214-252, jan./jun. 2013

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. **Disputas Territoriais entre o Complexo Industrial e Portuário do Pécem e as populações tradicionais.** Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo. 2012.

XAVIER. Maico Oliveira. **Extintos no Discurso Oficial, Vivos no Cenário Social: Os Índios do Ceará no Período do Império do Brasil – Trabalho, Terras e Identidades Indígenas em Questão.** Tese. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza 2015.